

Ofício n° 325/2023-SETC

Aracaju, 28 de julho de 2023.

A Sua Excelência o Senhor

FLÁVIO CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA NETO

Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe – **TCE/SE**

Avenida Conselheiro João Evangelista Maciel Porto, S/N - Capucho

Aracaju/SE - CEP: 49.081-020

Assunto: Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2023/SETC.

Senhor Presidente,

1. Ao cumprimentá-lo cordialmente, nos termos das disposições das Resoluções nº. 206/2001, atualizada pela Resolução nº 226/2004, e nº 306/2017, encaminhamos a Vossa Excelência, em anexo, o inteiro teor do Relatório de Controle Interno - 2º Trimestre de 2023 desta Secretaria de Estado da Transparência e Controle – SETC.

2. Por fim, em caso de dúvidas, nos colocamos à disposição para prestar-lhe os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,



ASSINADO ELETRONICAMENTE
Verificar autenticidade conforme mensagem
apresentada no rodapé do documento

Sheila Feitosa Macedo
Superintendente Executivo(a)

Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço <http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: I6FR-PBQM-5VRH-SJXX



O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/07/2023 é(são) :

- Sheila Feitosa Macedo - 28/07/2023 11:23:31



GOVERNO DE SERGIPE

**SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E
CONTROLE - SETC**

Relatório de Atividades do Controle Internacional Estadual

2º Trimestre 2023

Aracaju/SE

Julho/2023

EXPEDIENTE

Fábio Mitidieri

Governador do Estado de Sergipe

Silvana Maria Lisboa Lima

Secretaria de Estado da Transparéncia e Controle

Sheila Feitosa Macedo

Superintendente Executiva

José Ney Marinho

Núcleo de Acompanhamento da Regularidade Fiscal do Estado de Sergipe

Rafael Santos Pereira

Núcleo de Fiscalização e Auditoria

Fernando Gomes de Miranda

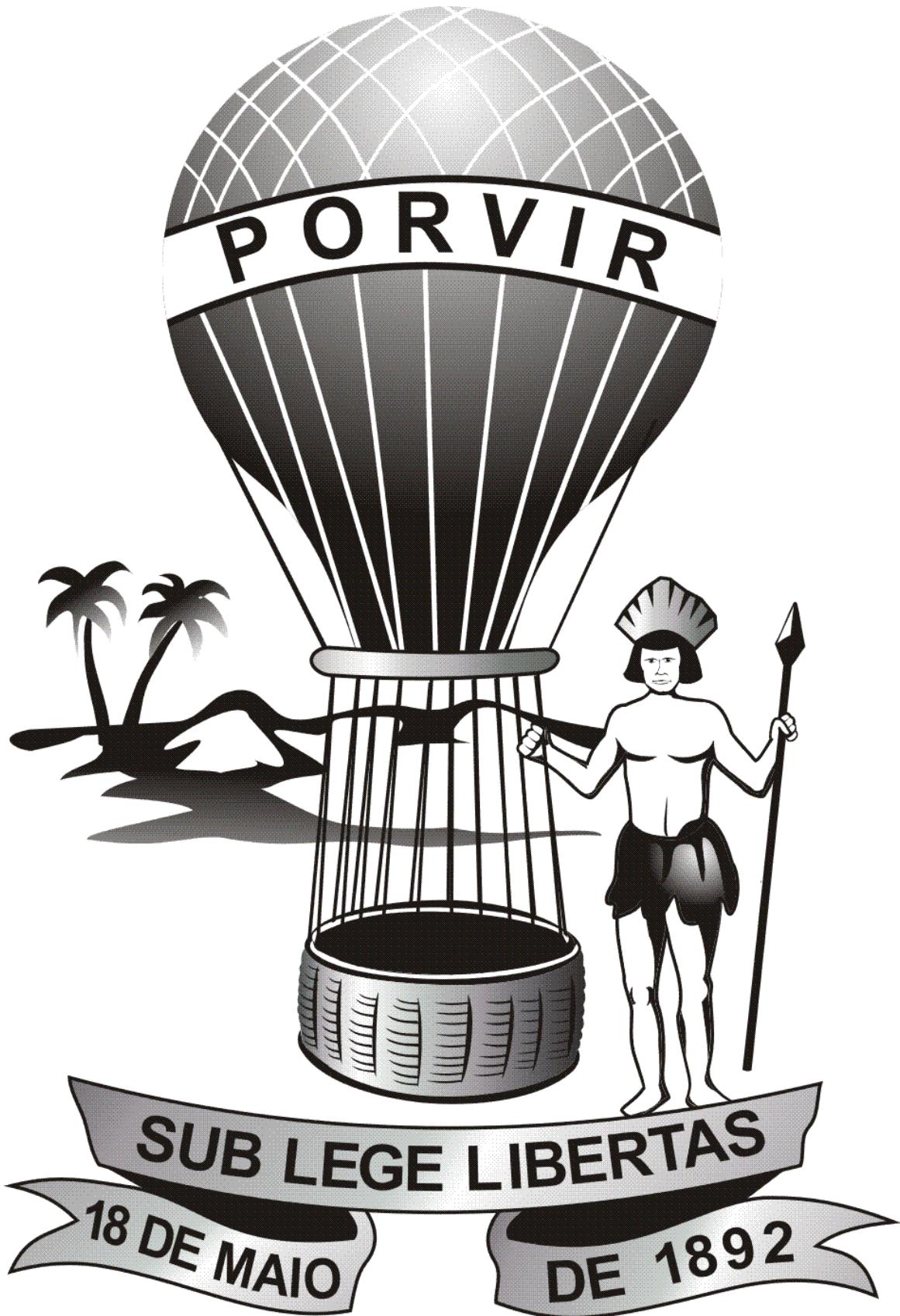
Núcleo de Transparéncia e Modernização

Hélio Sabino José Ribeiro Chaves

Diretoria Administrativa e Financeira

SUMÁRIO

- 1. SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE**
 - 1.1 A INSTITUIÇÃO**
 - 1.2 COMPETÊNCIAS LEGAIS**
 - 1.3 CONTROLE INTERNO DA GESTÃO PÚBLICA**
 - 1.4 IDENTIDADE INSTITUCIONAL**
- 2. PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS**
 - 2.1 AÇÕES DE ORIENTAÇÃO À GESTÃO ESTADUAL**
 - 2.1.1 Orientações Técnicas
 - 2.2 ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO ESTADUAL**
 - 2.2.1 Monitoramento das Contas do Governo
 - 2.2.1.1 Do Orçamento
 - 2.2.1.2 Da Execução Orçamentária e Financeira
 - 2.2.1.3 Análise da Execução Orçamentária e Financeira
 - 2.2.2 Regularidade Fiscal do Estado
 - 2.3 AÇÕES DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL**
 - 2.3.1 Auditorias de Contas Anuais
 - 2.4 TRANSPARÊNCIA ESTADUAL E ACESSO À INFORMAÇÃO**
 - 2.4.1 Transparência Ativa
 - 2.4.2 Transparência Passiva
 - 2.5 OUVIDORIA-GERAL DO ESTADO DE SERGIPE**
 - 2.5.1 Apresentação
 - 2.5.2 Atividades Desempenhadas
 - 2.6 POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS DO PODER EXECUTIVO**
 - 2.7 AVALIAÇÃO DO “PROGRAMA DE INTEGRIDADE”**
- 3. GESTÃO DA SETC**
 - 3.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
 - 3.2 PESSOAL E ENCARGOS**
 - 3.3 OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO/INVESTIMENTOS**
 - 3.4 TRANSPARÊNCIA E MODERNIZAÇÃO**
 - 3.4.1 Área de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas
 - 3.4.2 Área de Suporte e Infraestrutura
 - 3.4.3 Área de Avaliação e Monitoramento de Portais da Transparência



1. SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE

1.1 A INSTITUIÇÃO

A Secretaria de Estado da Transparéncia e Controle - SETC, inscrita no CNPJ nº. 34.841.127/0001-55, é o órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, com sede na Rua Vila Cristina, nº. 1.051, no Bairro 13 de Julho, na cidade de Aracaju/SE.

Faz-se mister registrar, preliminarmente, que a Secretaria de Estado da Transparéncia e Controle – SETC teve sua origem na Controladoria-Geral do Estado, instituída nos termos das Leis Estaduais nº. 3.591/1995 e 3.630/1995, que por sua vez surgiu da Auditoria-Geral do Estado, criada pelo Decreto Estadual nº. 5.819, de 28 de julho de 1983, no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda.

A partir da Constituição Estadual de 1989, a Auditoria-Geral do Estado foi transformada em Controladoria-Geral do Estado de Sergipe - CGE/SE, por meio das Leis Estaduais nº. 3.591/1995 e nº. 3.630/1995, que por sua vez tornou-se a Secretaria de Estado da Transparéncia e Controle por meio da Lei Estadual nº. 8.496/2018, alterada pela Lei Estadual nº 9.156/2023, enquanto órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo Estadual.

1.2 COMPETÊNCIAS LEGAIS DA SETC

De acordo com as disposições do art. 67 da Constituição Estadual, compete à Secretaria de Estado da Transparéncia e Controle - SETC, órgão central do sistema de controle interno, o exercício pleno da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, quanto à legalidade, à legitimidade, à economicidade e aos demais princípios que regem a administração pública, bem como a aplicação de subvenções e renúncia de receitas, visando à proteção do patrimônio público do Estado de Sergipe.

Além disso, nos termos do Art. 14 da Lei nº. 9.156, de 08 de janeiro de 2023, compete à SETC:

- ✓ a orientação, o acompanhamento e a proteção da gestão estadual;
- ✓ o exercício pleno da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e demais princípios que regem a administração pública, e da

Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2023

aplicação de subvenções e renúncia de receitas, visando à salvaguarda do erário e do patrimônio público do Estado;

- ✓ a verificação da exatidão e regularidade das contas dos órgãos e entidades do Poder Executivo e a adequada execução do orçamento;
- ✓ o incremento da transparéncia da gestão pública estadual; a supervisão e o controle da regularidade da Administração Pública Estadual junto ao cadastro único de convênios da União Federal;
- ✓ a gestão da Política e dos programas de Integridade e Conformidade públicas;
- ✓ a prevenção e o combate, em concurso com a Procuradoria-Geral do Estado, à improbidade administrativa e às demais formas de irregularidades administrativas, no âmbito da Administração Pública Estadual;
- ✓ o auxílio no aperfeiçoamento da gestão pública;
- ✓ a formulação, a coordenação, o fomento e a implementação de programas e projetos voltados à prevenção da corrupção e a promoção da transparéncia;
- ✓ o zelo pelo controle social na administração pública;
- ✓ a exortação para a evolução da qualidade na aplicação dos recursos em benefícios da sociedade;
- ✓ o fomento e a supervisão das atividades da Ouvidoria-Geral do Estado - OGE;
- ✓ outras atividades necessárias ao cumprimento de suas finalidades, nos termos das respectivas normais legais e/ou regulamentares.

1.3 CONTROLE INTERNO DA GESTÃO PÚBLICA

Conforme determinação do artigo 74, da Constituição Federal de 1988, cabe ao Controle Interno:

“I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2023

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.”

Na busca de cumprir adequadamente todas essas atribuições e contribuir efetivamente para a melhoria da gestão das políticas públicas, a Secretaria de Estado da Transparéncia e Controle - SETC, órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, vem aperfeiçoando continuamente a sua atuação.

1.4 IDENTIDADE INSTITUCIONAL



Missão

Orientar e acompanhar a gestão governamental para alcançar a efetividade das políticas públicas e exercer o controle interno para proteger o patrimônio público e assegurar a prevalência dos interesses da sociedade.

Visão Estratégica

Ser reconhecida pela sociedade e pelos gestores estaduais como referência de Controle Interno da Administração Pública.



Valores

Ética e Transparéncia na Administração Pública; Participação Popular e Controle Social da Gestão; Prevalência do Interesse Público; Responsabilidade Fiscal e Socioambiental; Transversalidade da Gestão.



2. PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS

2.1 AÇÕES DE ORIENTAÇÃO À GESTÃO ESTADUAL

Em cumprimento à missão institucional de orientar a gestão governamental, a Secretaria de Estado da Transparéncia e Controle - SETC, durante o 2º trimestre de 2023, realizou atividades de orientação aos gestores e técnicos dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual, cujos resultados estão sintetizados a seguir:

2.1.1 ORIENTAÇÕES TÉCNICAS

As Orientações Técnicas são emitidas por meio de instrumentos administrativos elaborados por técnicos da Secretaria de Estado da Transparéncia e Controle - SETC, e têm o propósito de promover o fortalecimento da administração pública, bem como recomendar à adequação dos controles internos e de gestão no âmbito dos Órgãos e das Entidades que compõem o Poder Executivo Estadual.

O Controle Interno é o viés que a Administração Pública possui para verificar a regularidade e a legalidade de seus próprios atos, e saber se os princípios da legalidade e da supremacia do interesse público, dentre outros, foram respeitados, inclusive, avaliando a conveniência administrativa do ato praticado.

2.2 ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO ESTADUAL

2.2.1 MONITORAMENTO DAS CONTAS DO GOVERNO

A Secretaria de Estado da Transparéncia e Controle - SETC, no cumprimento das ações de orientação e acompanhamento das ações governamentais, durante o **segundo trimestre de 2023**, observou dados e informações registradas no sistema de contabilidade e gestão do Estado – i-gesp, pelas Unidades Gestoras da Administração Direta e Indireta, no tocante à execução orçamentária consolidada, que permitem avaliar a evolução da execução das receitas e despesas, com o objetivo de gerar informações estratégicas para orientar e subsidiar a tomada de decisão governamental.

2.2.1.1 DO ORÇAMENTO

Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2023

O orçamento para o exercício de 2023 foi aprovado pela Lei nº 9.155, de 07 de janeiro de 2023, publicado em edição extra do Diário Oficial do Estado Nº 29.069, de 08 de janeiro de 2023, alocando recursos da ordem de R\$ 13.310.265.220,00 (treze bilhões e trezentos e dez milhões e duzentos e sessenta e cinco mil e duzentos e vinte reais), o qual compreende o orçamento fiscal e da seguridade social, recursos de todas as fontes.

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE – ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 2023		R\$ 1,00	
DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS		RECURSOS DE TODAS AS FONTES	
RECEITA	DESPESA		
RECEITAS CORRENTES	14.897.098.872	DESPESAS CORRENTES	11.842.085.520
RECEITA TRIBUTÁRIA	6.037.252.805	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.969.621.807
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	457.799.412	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	227.345.966
RECEITA PATRIMONIAL	137.840.517	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.645.117.747
RECEITA AGROPECUÁRIA	0		
RECEITA INDUSTRIAL	0		
RECEITA DE SERVIÇOS	255.610.842		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.830.137.846		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	178.457.450		
RECEITAS CORRENTES – OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	752.193.055		
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-3.237.701.888		
I - TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	12.411.590.039		
RECEITAS DE CAPITAL	898.675.181	DESPESAS DE CAPITAL	1.357.179.700
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	317.876.782	INVESTIMENTOS	1.075.017.721
ALIENAÇÃO DE BENS	191.718.529	INVERSÕES FINANCEIRAS	71.900.000
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	210.261.979
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	389.076.870		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	3.000		
II - TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	898.675.181		
		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	111.000.000
TOTAL	13.310.265.220	TOTAL	13.310.265.220

Fonte: Lei nº 9.155, de 07 de janeiro de 2023/ Demonstrativo da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas

No 2º trimestre de 2023, foram abertos créditos suplementares no montante de **R\$ 505.302.135,54** (quinhentos e cinco milhões e trezentos e dois mil e cento e trinta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos), créditos especiais no montante de **R\$ 51.402.278,94** (cinquenta e um milhões e quatrocentos e dois mil e duzentos e setenta e oito reais e noventa e quatro centavos) e anulados o montante de **R\$ 438.888.276,63** (quatrocentos e trinta e oito milhões e oitocentos e oitenta e oito mil e duzentos e setenta e seis reais e sessenta e três centavos).

Até 30/06/2023, os créditos suplementares perfazem o montante de **R\$ 877.477.220,73** (oitocentos e setenta e sete milhões e quatrocentos e setenta e sete mil e duzentos e vinte reais e setenta e três centavos), os créditos especiais o montante de **R\$ 89.534.268,94** (oitenta e nove milhões e quinhentos e trinta e quatro mil e duzentos e sessenta e oito reais e noventa e quatro

Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2023

centavos) e anulados o montante de **R\$ 631.488.376,18** (seiscentos e trinta e um milhões e quatrocentos e oitenta e oito mil e trezentos e setenta e seis reais e dezoito centavos).

Dessa forma, a dotação atualizada perfaz o valor de **R\$ 13.645.788.333,49** (treze bilhões e seiscentos e quarenta e cinco milhões e setecentos e oitenta e oito mil e trezentos e trinta e três reais e quarenta e nove centavos), conforme detalhado no quadro abaixo:

	MOVIMENTAÇÃO	VALOR (R\$)
A	DOTAÇÃO INICIAL	13.310.265.220,00
B	CRÉDITO SUPLEMENTAR	877.477.220,73
C	CRÉDITO ESPECIAL	89.534.268,94
D	DOTAÇÃO ANULADA	631.488.376,18
E	DOTAÇÃO ATUALIZADA (E) (=) (A+B+C-D)	13.645.788.333,49

Fonte: i-Gesp/ Demonstrativo da Execução da Despesa Orçamentária Consolidado/

i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil/ Demonstrativo da Execução dos Compromissos de Governo

As fontes de recursos utilizadas para abertura de créditos adicionais foram anulações de dotações, totalizando **R\$ 631.488.376,18** (seiscentos e trinta e um milhões e quatrocentos e oitenta e oito mil e trezentos e setenta e seis reais e dezoito centavos), superávit financeiro apurado em Balanços Patrimoniais, totalizando **R\$ 330.870.590,49** (trezentos e trinta milhões e oitocentos e setenta mil e quinhentos e noventa reais e quarenta e nove centavos) e excesso de arrecadação, totalizando **R\$ 4.652.523,00** (quatro milhões e seiscentos e cinquenta e dois mil e quinhentos e vinte e três reais), conforme detalhamento no quadro a seguir.

DEMONSTRATIVO DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	
DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
1. ORÇAMENTO INICIAL	13.310.265.220,00
2. CRÉDITOS ADICIONAIS	967.011.489,67
2.1. SUPLEMENTARES	877.477.220,73
2.2. EXTRAORDINÁRIOS	0,00
2.3. ESPECIAIS	89.534.268,94
3. ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES	631.488.376,18
4. NOVOS CRÉDITOS AUTORIZADOS (2-3)	335.523.113,49
4.1. EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	4.652.523,00
4.2. OPERAÇÃO DE CRÉDITO	0,00
4.3. SUPERÁVIT FINANCEIRO	330.870.590,49
5. ORÇAMENTO FINAL AUTORIZADO (1+4)	13.645.788.333,49

Fonte: i-Gesp/ Demonstrativo das Alterações Orçamentárias

Após a abertura de créditos adicionais, a despesa orçamentária atualizada ficou assim distribuída:

Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2023

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE			
DEMONSTRATIVO DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS			
CATEGORIA ECONÔMICA / GRUPO DE DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA
DESPESAS CORRENTES	11.842.085.520,00	164.031.896,95	12.006.117.416,95
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.969.621.807,00	-53.461.539,54	7.916.160.267,46
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	227.345.966,00	10.354.335,00	237.700.301,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.645.117.747,00	207.139.101,49	3.852.256.848,49
DESPESAS DE CAPITAL	1.357.179.700,00	241.350.980,94	1.598.530.680,94
INVESTIMENTOS	1.075.017.721,00	172.885.802,72	1.247.903.523,72
INVERSÕES FINANCEIRAS	71.900.000,00	55.465.178,22	127.365.178,22
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	210.261.979,00	13.000.000,00	223.261.979,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	111.000.000,00	-69.859.764,40	41.140.235,60
TOTAL	13.310.265.220,00	335.523.113,49	13.645.788.333,49

Fonte: i-Gesp/ Demonstrativo da Execução da Despesa Orçamentária Consolidado

i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil / Dotação Autorizada / Alterações / Remanejamentos Orçamentários

2.2.1.2 DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Receita realizada no 2º. Trimestre de 2023 perfaz o montante de **R\$ 3.503.446.082,71** (três bilhões e quinhentos e três milhões e quatrocentos e quarenta e seis mil e oitenta e dois reais e setenta e um centavos), perfazendo até o trimestre o montante arrecadado de **R\$ 6.851.946.285,02** (seis bilhões e oitocentos e cinquenta e um milhões e novecentos e quarenta e seis mil e duzentos e oitenta e cinco reais e dois centavos), conforme detalhado no quadro abaixo:

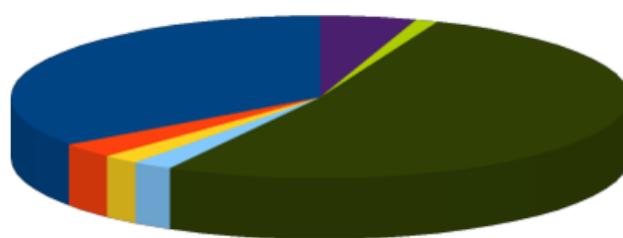
Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2023

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE				
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS				
CATEGORIA ECONÔMICA / GRUPO DE RECEITA	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITA REALIZADA		SALDO
		NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	
RECEITAS CORRENTES	11.663.599.507,00	3.246.599.771,91	6.400.482.445,53	-5.263.117.061,47
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	4.030.018.724,00	1.192.743.526,97	2.194.648.496,42	-1.835.370.227,58
CONTRIBUIÇÕES	457.799.412,00	103.118.499,04	199.743.549,32	-258.055.862,68
RECEITA PATRIMONIAL	138.640.517,00	65.347.850,68	156.655.109,44	18.014.592,44
RECEITA AGROPECUÁRIA	,00	,00	,00	,00
RECEITA INDUSTRIAL	,00	,00	,00	,00
RECEITA DE SERVIÇOS	255.610.842,00	72.117.765,40	134.062.474,57	-121.548.367,43
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.603.072.562,00	1.773.470.207,11	3.636.285.302,96	-2.966.787.259,04
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	178.457.450,00	39.801.922,71	79.087.512,82	-99.369.937,18
RECEITAS DE CAPITAL	899.125.181,00	84.590.415,67	135.769.527,97	-763.355.653,03
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	317.876.782,00	71.635.576,56	118.163.179,62	-199.713.602,38
ALIENAÇÃO DE BENS	191.718.529,00	1.079.938,91	1.396.245,11	-190.322.283,89
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	,00	,00	,00	,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	389.526.870,00	11.874.900,20	16.206.518,52	-373.320.351,48
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	3.000,00	,00	3.584,72	584,72
RECEITAS CORRENTES – OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	752.193.055,00	172.255.895,13	315.694.311,52	-436.498.743,48
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	13.314.917.743,00	3.503.446.082,71	6.851.946.285,02	-6.462.971.457,98

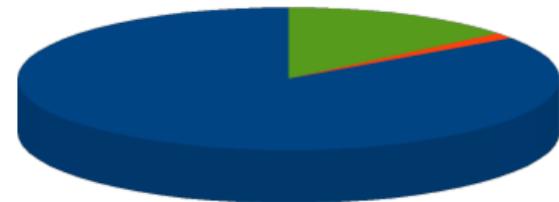
Fonte: i-Gesp/ Demonstrativo da Execução da Receita Orçamentária Consolidado

Receitas Arrecadadas no 2º Trimestre

Receitas Correntes



Receitas de Capital



- IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA
- CONTRIBUIÇÕES
- RECEITA PATRIMONIAL
- RECEITA AGROPECUÁRIA
- RECEITA INDUSTRIAL
- RECEITA DE SERVIÇOS
- TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
- OUTRAS RECEITAS CORRENTES
- RECEITAS CORRENTES – OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
- DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE

- OPERAÇÕES DE CRÉDITO
- ALIENAÇÃO DE BENS
- AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS
- TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL
- OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL

Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2023

A Despesa Empenhada no 2º. trimestre de 2023 perfaz o montante de **R\$ 3.029.440.927,32** (três bilhões e vinte e nove milhões e quatrocentos e quarenta mil e novecentos e vinte e sete reais e trinta e dois centavos), perfazendo até o trimestre o montante de **R\$ 7.463.254.292,64** (sete bilhões e quatrocentos e sessenta e três milhões e duzentos e cinquenta e quatro mil e duzentos e noventa e dois reais e sessenta e quatro centavos), conforme demonstrativo a seguir:

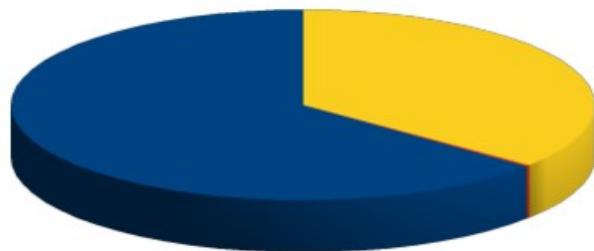
GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE						
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS						
CATEGORIA ECONÔMICA / GRUPO DE DESPESA	EMPENHADO		LIQUIDADO		PAGO	
	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE
DESPESAS CORRENTES	2.796.668.987,30	6.834.500.547,50	2.880.940.210,03	5.547.049.641,01	2.816.048.187,95	5.362.707.875,90
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.786.144.107,05	4.252.511.278,52	1.815.587.957,52	3.546.287.874,96	1.800.865.248,60	3.486.254.232,29
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	6.921.761,05	177.662.580,58	54.220.046,79	116.638.457,97	46.776.605,73	101.820.091,11
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.003.603.119,20	2.404.326.688,40	1.011.132.205,72	1.884.123.308,08	968.406.333,62	1.774.633.552,50
DESPESAS DE CAPITAL	232.771.940,02	628.753.745,14	265.838.913,06	466.320.541,96	287.717.427,65	441.613.878,37
INVESTIMENTOS	184.611.144,76	420.658.493,38	175.050.985,77	317.686.078,95	201.355.178,22	301.743.843,74
INVERSÕES FINANCEIRAS	42.582.174,79	47.827.468,57	42.441.605,04	46.594.604,09	42.441.605,04	46.594.604,09
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	5.578.620,47	160.267.783,19	48.346.322,25	102.039.858,92	43.920.644,39	93.275.430,54
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	,00	,00	,00	,00	,00	,00
TOTAL	3.029.440.927,32	7.463.254.292,64	3.146.779.123,09	6.013.370.182,97	3.103.765.615,60	5.804.321.754,27

Fonte: i-Gesp/ Demonstrativo da Execução da Despesa Orçamentária Consolidado

i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil/ Demonstrativo da Execução dos Compromissos de Governo

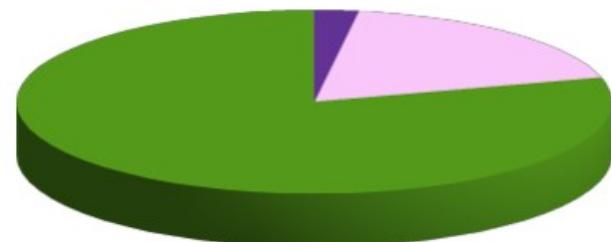
Despesas Empenhadas no 2º Trimestre

Despesas Correntes



- PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
- JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA
- OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Despesas de Capital



- INVESTIMENTOS
- INVERSÕES FINANCEIRAS
- AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2023

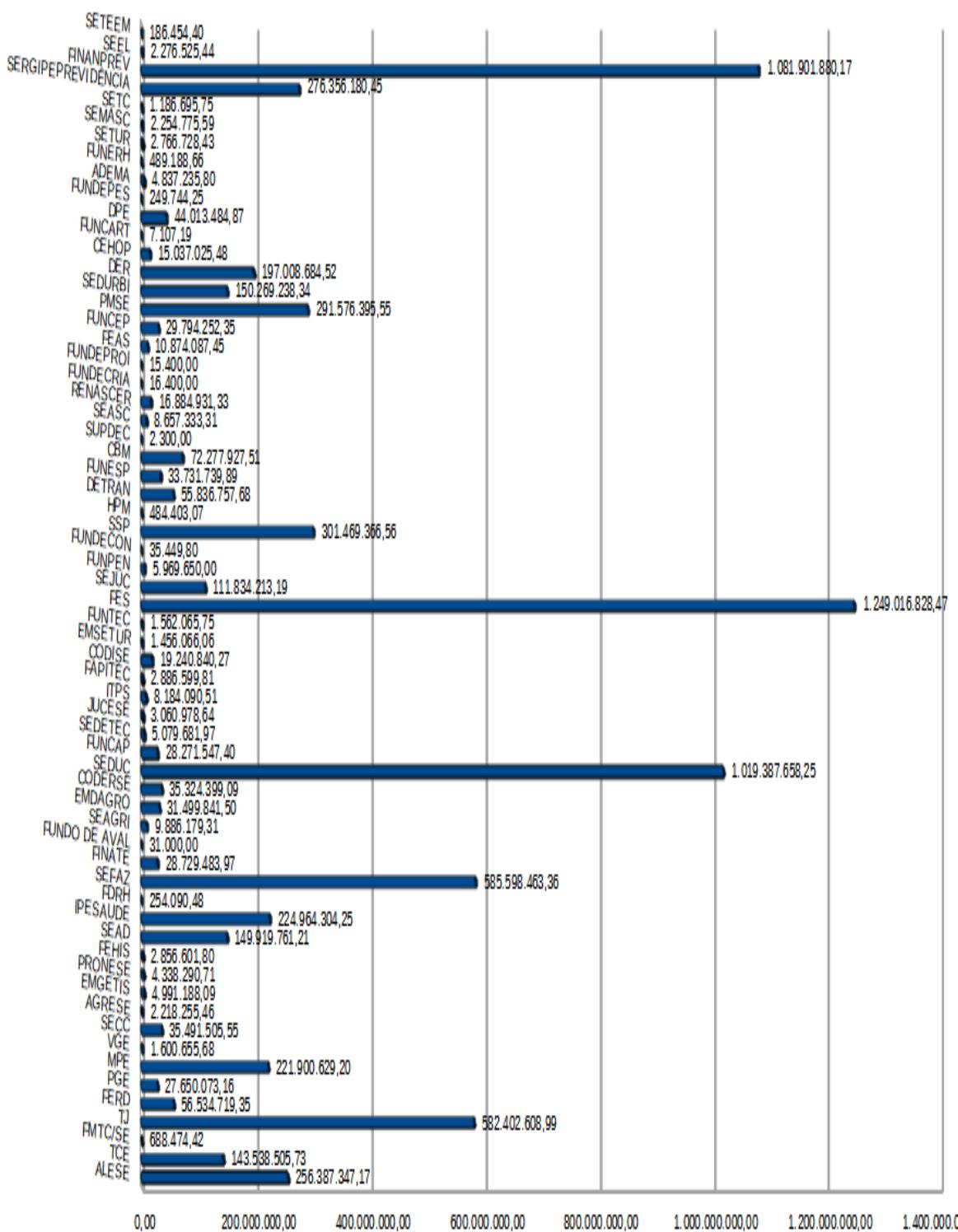
• Despesa Orçamentária por Órgão e Entidade

UNIDADE GESTORA	GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE					
	DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR ÓRGÃO/ENTIDADE					
	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO			
	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE
ALESE	15.690.741,23	256.387.347,17	62.737.529,16	120.676.362,53	62.559.587,18	119.102.991,28
TCE	677.765,90	143.538.505,73	37.861.855,83	71.264.493,43	37.263.067,09	70.486.499,84
FMTC/SE	634.130,84	688.474,42	52.124,84	68.737,08	52.124,84	68.737,08
TJ	296.999.232,72	582.402.608,99	176.675.353,45	328.683.655,33	176.771.422,62	328.201.882,24
FERD	7.033.246,90	56.534.719,35	13.696.594,82	31.423.532,23	13.915.549,61	30.963.142,66
PGE	10.153.685,92	27.650.073,16	14.032.390,11	27.217.019,80	13.959.688,16	26.927.743,35
MPE	3.676.800,26	221.900.629,20	53.648.296,12	102.756.027,43	53.329.258,30	102.200.423,79
VGE	1.028.094,62	1.600.655,68	477.800,73	921.493,46	466.052,32	886.155,41
SECC	20.104.244,70	35.491.505,55	20.790.933,70	32.237.846,64	20.035.563,86	30.776.379,54
AGRESE	1.412.130,62	2.218.255,46	758.943,98	1.337.622,34	756.370,25	1.335.048,61
EMGETIS	2.053.419,43	4.991.188,09	2.398.112,03	4.838.417,11	2.457.827,35	4.682.181,80
PRONESE	2.428.268,75	4.338.290,71	2.271.870,51	4.081.194,48	2.265.124,87	4.060.945,11
FEHIS	220.475,96	2.856.601,80	683.844,98	1.816.978,03	1.816.978,03	1.816.978,03
SEAD	56.802.178,26	149.919.761,21	56.049.790,79	107.099.913,19	55.736.065,62	106.223.780,26
IPESAUDE	117.273.368,41	224.964.304,25	112.631.568,26	203.383.711,53	109.625.912,21	196.957.301,54
FDRH	124.379,44	254.090,48	33.215,20	54.921,70	40.881,70	40.881,70
SEFAZ	53.402.954,88	585.598.463,36	231.701.390,70	433.926.565,91	219.764.480,72	408.984.248,18
FINATE	6.077.006,88	28.729.483,97	11.590.143,03	23.740.232,27	11.900.205,06	19.744.264,84
FUNDO DE AVAL	0,00	31.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEAGRI	6.209.843,85	9.886.179,31	6.082.765,65	9.080.493,67	4.211.093,91	7.173.979,99
EMDAGRO	16.436.085,91	31.499.841,50	16.086.154,43	28.109.125,20	16.013.084,54	27.788.333,64
CODERSE	18.368.259,80	35.324.399,09	17.201.575,15	33.371.602,40	17.638.246,17	32.263.003,52
SEDUC	418.969.411,95	1.019.387.658,25	423.839.840,92	797.216.936,33	411.994.894,98	746.754.699,31
FUNCAP	20.505.600,80	28.271.547,40	13.725.926,71	20.272.182,81	13.348.292,11	19.201.265,49
SEDETEC	2.326.184,43	5.079.681,97	2.093.371,12	3.793.339,73	2.085.929,14	3.635.718,21
JUCESE	1.313.367,58	3.060.978,64	1.526.363,17	2.627.053,42	1.615.102,45	2.617.985,82
ITPS	4.589.218,99	8.184.090,51	4.496.969,37	7.983.517,73	4.476.904,82	7.802.634,60
FAPITEC	1.941.021,38	2.886.599,81	1.774.425,68	2.717.176,13	1.781.535,96	2.642.513,69
CODISE	9.104.345,98	19.240.840,27	9.429.693,19	18.917.585,13	9.012.776,66	18.500.518,60
EMSETUR	758.167,52	1.456.066,06	752.904,19	1.420.097,15	726.781,58	1.365.032,22
FUNTEC	1.151.527,33	1.562.065,75	1.511.715,33	1.511.715,33	299.153,11	299.153,11
FES	610.640.570,06	1.249.016.828,47	570.048.360,06	1.131.842.102,20	539.743.842,68	1.054.482.009,75
SEJUC	58.485.555,27	111.834.213,19	58.099.362,26	103.347.233,19	57.597.917,44	97.065.171,40
FUNPEN	4.484.550,00	5.969.650,00	964.390,67	1.974.356,63	1.028.971,71	1.739.695,96
FUNDECON	27.949,80	35.449,80	22.771,40	26.451,72	5.153,60	8.721,52
SSP	132.950.499,84	301.469.366,56	96.831.807,70	186.787.359,07	96.587.676,97	186.368.506,55
HPM	248.470,96	484.403,07	164.288,11	389.939,63	181.996,36	353.530,61
DETTRAN	28.128.361,13	55.836.757,68	28.406.293,34	55.041.119,25	28.247.068,25	54.756.586,49
FUNESP	11.490.305,61	33.731.739,89	14.387.897,40	21.942.665,17	14.239.927,18	21.747.121,97
CBM	27.835.072,26	72.277.927,51	26.073.012,73	49.337.388,97	25.808.916,62	49.068.292,86
SUPDEC	0,00	2.300,00	0,00	2.300,00	2.300,00	2.300,00
SEASC	4.503.882,60	8.657.333,31	3.463.408,17	6.907.078,76	3.423.731,16	6.619.831,77
RENASCER	9.328.078,56	16.884.931,33	8.327.248,77	15.694.500,12	8.408.513,31	15.435.939,65
FUNDECRIA	11.000,00	16.400,00	6.801,14	9.030,51	6.707,56	6.707,56
FUNDEPROI	10.000,00	15.400,00	6.801,15	9.030,52	6.707,56	6.707,56
FEAS	5.758.529,35	10.874.087,45	5.605.337,50	10.591.046,93	5.710.450,59	10.516.760,20
FUNCEP	13.724.237,27	29.794.252,35	12.816.442,67	25.403.254,44	11.149.183,66	23.698.596,92
PMSE	151.034.614,13	291.576.395,55	150.632.748,34	290.390.415,14	150.732.569,51	288.904.646,66
SEDURBI	66.629.872,94	150.269.238,34	71.485.133,13	123.299.008,53	71.135.815,19	118.252.989,42
DER	100.195.072,61	197.008.684,52	88.068.538,61	172.072.363,30	111.165.843,88	159.248.545,83
CEHOP	7.487.288,05	15.037.025,48	7.246.450,77	14.325.250,94	7.391.984,24	14.309.342,55
FUNCART	7.087,19	7.107,19	7.077,19	7.077,19	7.077,19	7.077,19
DPE	14.683.699,75	44.013.484,87	20.115.166,76	37.327.531,63	20.112.298,47	37.280.015,24
FUNDEPES	2.989,00	249.744,25	2.989,00	249.744,25	2.989,00	249.744,25
ADEMA	2.338.102,66	4.837.235,80	2.276.189,81	4.456.591,75	2.183.792,74	4.285.337,38
FUNERH	457.303,01	489.188,66	388.148,00	395.560,65	388.148,00	395.560,65
SETUR	1.159.613,95	2.766.728,43	1.153.633,91	2.245.855,97	1.221.792,94	2.237.593,81
SEMAC	1.740.759,57	2.254.775,59	1.688.683,83	2.088.192,81	1.657.553,73	2.054.893,49
SETC	587.356,70	1.186.695,75	547.360,74	986.310,84	554.751,83	984.986,04
SERGIPEPREFIDÊNCIA	143.106.503,23	276.356.180,45	137.614.667,45	265.276.796,80	136.162.039,70	263.680.874,37
FINANPREV	532.841.760,74	1.081.901.880,17	541.963.798,44	1.066.403.145,42	541.221.213,60	1.065.089.550,97
SEEL	1.890.225,44	2.276.525,44	1.584.900,92	1.825.981,15	1.622.189,69	1.823.156,17
SETEEM	186.454,40	186.454,40	165.949,97	165.949,97	136.536,02	136.536,02
TOTAL	3.029.440.927,32	7.463.254.292,64	3.146.779.123,09	6.013.370.182,97	3.103.765.615,60	5.804.321.754,27

Fonte: i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil/ Demonstrativo da Execução dos Compromissos de Governo

Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2023

Despesa Empenhada Janeiro a Junho



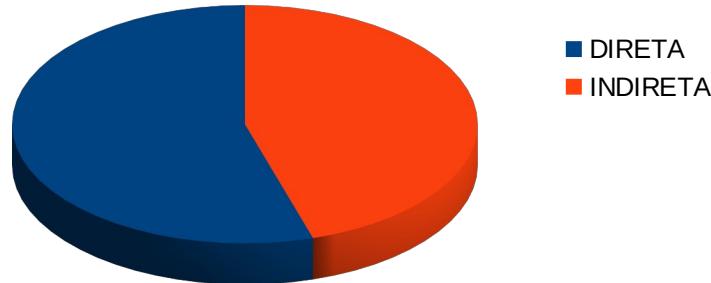
Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2023

• Despesa Orçamentária por Tipo de Administração

TIPO ADMINISTRAÇÃO	GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE					
	DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR TIPO ADMINISTRAÇÃO					
	EMPENHADO		LIQUIDADO		PAGO	
	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE
DIRETA	1.354.764.981,47	4.084.398.972,12	1.531.532.070,56	2.871.258.029,96	1.502.689.692,08	2.773.366.307,74
INDIRETA	1.674.675.945,85	3.378.855.320,52	1.615.247.052,53	3.142.112.153,01	1.601.075.923,52	3.030.955.446,53
TOTAL	3.029.440.927,32	7.463.254.292,64	3.146.779.123,09	6.013.370.182,97	3.103.765.615,60	5.804.321.754,27

Fonte: i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil / Demonstrativo da Execução dos Compromissos de Governo

Despesa Empenhada por tipo de Administração Até o Trimestre



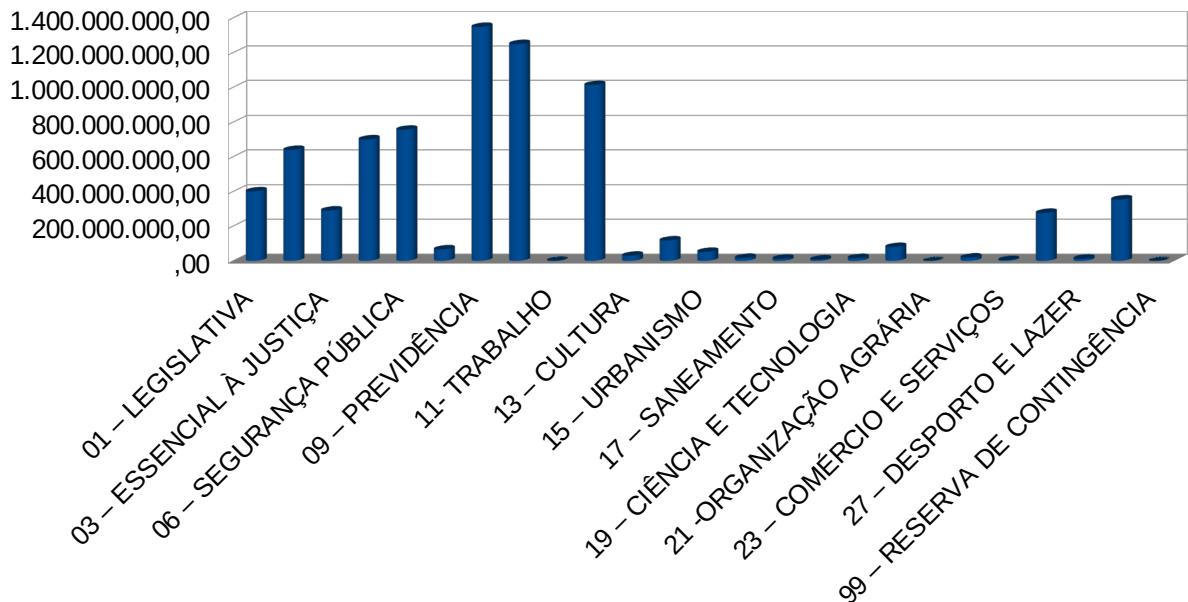
• Despesa Orçamentária por Função

FUNÇÃO	GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE					
	EMPENHADO		LIQUIDADO		PAGO	
	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE
01 – LEGISLATIVA	17.002.637,97	400.614.327,32	100.651.509,83	192.009.593,04	99.874.779,11	189.658.228,20
02 – JUDICIÁRIA	304.072.536,40	639.016.528,55	190.412.585,05	360.180.387,77	190.727.609,01	359.238.225,11
03 – ESSENCIAL À JUSTIÇA	26.509.529,45	290.112.997,81	85.756.420,98	163.857.536,80	85.442.060,92	163.045.388,32
04 – ADMINISTRAÇÃO	244.616.973,95	699.865.734,69	332.570.752,39	591.403.642,17	328.900.738,13	577.078.838,51
06 – SEGURANÇA PÚBLICA	351.940.231,83	755.859.095,00	316.847.891,86	604.370.328,31	316.201.317,69	601.601.847,94
08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL	33.335.727,78	66.242.404,44	30.226.039,40	58.613.941,28	28.705.293,84	56.284.543,66
09 – PREVIDÊNCIA	671.169.218,16	1.347.738.844,91	675.309.220,29	1.323.660.551,95	673.114.007,70	1.320.751.035,07
10 – SAÚDE	610.640.570,06	1.249.016.828,47	570.048.360,06	1.131.842.102,20	539.743.842,68	1.054.482.009,75
11 – TRABALHO	186.454,40	186.454,40	165.949,97	165.949,97	136.536,02	136.536,02
12 – EDUCAÇÃO	415.729.814,60	1.013.007.171,87	421.829.596,86	793.826.984,03	410.077.470,76	743.574.880,49
13 – CULTURA	21.463.914,01	30.061.753,42	14.465.431,36	21.800.812,00	14.077.832,00	20.651.834,34
14 – DIREITOS DA CIDADANIA	62.998.055,07	117.839.312,99	59.086.524,33	105.348.041,54	58.632.042,75	98.813.588,88
15 – URBANISMO	23.788.844,56	52.072.003,59	24.414.017,39	40.292.162,05	23.891.927,45	39.049.904,48
16 – HABITAÇÃO	7.450.922,65	17.385.325,25	7.673.454,39	15.633.930,94	8.952.120,91	15.618.022,55
17 – SANEAMENTO	7.222.543,69	12.467.837,47	7.081.973,94	11.234.972,99	7.081.973,94	11.234.972,99
18 – GESTÃO AMBIENTAL	4.706.906,89	7.814.104,28	4.434.839,54	7.067.163,11	4.311.312,37	6.862.609,42
19 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA	9.470.595,48	16.720.903,62	9.429.248,60	15.121.501,02	8.197.360,83	13.497.142,41
20 – AGRICULTURA	42.799.771,90	80.010.769,38	41.104.977,54	73.738.962,89	39.590.161,29	70.382.809,40
21 – ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22 – INDÚSTRIA	9.003.971,92	19.042.787,07	9.329.512,17	18.719.729,97	8.912.595,64	18.302.663,44
23 – COMÉRCIO E SERVIÇOS	2.303.156,84	4.807.210,23	2.043.295,18	3.974.908,48	2.085.331,60	3.911.581,39
26 – TRANSPORTE	131.745.371,52	276.447.134,27	124.543.067,49	239.516.630,97	148.207.287,86	223.410.491,90
27 – DESPORTO E LAZER	8.015.114,28	12.898.870,23	6.254.144,12	7.991.320,83	5.764.345,45	7.411.890,35
28 – ENCARGOS ESPECIAIS	23.268.063,91	354.025.893,38	113.100.310,35	232.999.028,66	101.137.667,65	209.322.709,65
99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.029.440.927,32	7.463.254.292,64	3.146.779.123,09	6.013.370.182,97	3.103.765.615,60	5.804.321.754,27

Fonte: i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil / Demonstrativo da Execução dos Compromissos de Governo

Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2023

Despesa Orçamentária por Função Até o Trimestre

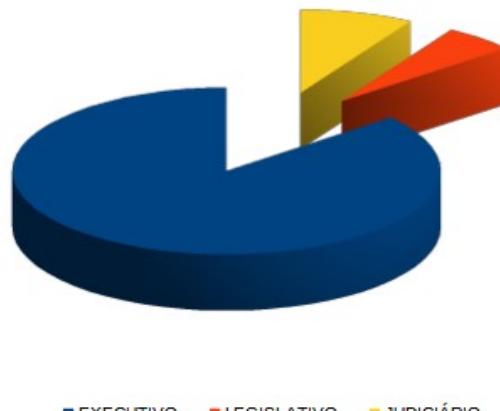


• Despesa Orçamentária por Poder

PODER	GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE					
	DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR PODER					
	EMPENHADO		LIQUIDADO		PAGO	
	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE
EXECUTIVO	2.708.405.809,73	6.423.702.636,98	2.855.755.664,99	5.461.253.402,37	2.813.203.864,26	5.255.498.501,17
LEGISLATIVO	17.002.637,97	400.614.327,32	100.651.509,83	192.009.593,04	99.874.779,11	189.658.228,20
JUDICIÁRIO	304.032.479,62	638.937.328,34	190.371.948,27	360.107.187,56	190.686.972,23	359.165.024,90
TOTAL	3.029.440.927,32	7.463.254.292,64	3.146.779.123,09	6.013.370.182,97	3.103.765.615,60	5.804.321.754,27

Fonte: i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil/ Demonstrativo da Execução dos Compromissos de Governo

Despesa Orçamentária por Poder Até o Trimestre



Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2023

Percebe-se que, no confronto entre a dotação atualizada e a despesa empenhada até o período, verificou-se uma economia orçamentária no valor de **R\$ 6.182.534.040,85** (seis bilhões e cento e oitenta e dois milhões e quinhentos e trinta e quatro mil e quarenta reais e oitenta e cinco centavos), o que representa aproximadamente 45,31% da dotação atualizada, conforme quadro abaixo:

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE	
DOTAÇÃO ATUALIZADA X DESPESA EMPENHADA	
DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	13.645.788.333,49
DESPESA EMPENHADA (B)	7.463.254.292,64
ECONOMIA ORÇAMENTÁRIA (A – B)	6.182.534.040,85

Fonte: i-Gesp/ Demonstrativo da Execução da Despesa Orçamentária Consolidado

Por sua vez, no confronto entre a despesa empenhada e a despesa paga, verificou-se uma despesa a pagar até o período, no valor de **R\$ 1.658.932.538,37** (um bilhão e seiscentos e cinquenta e oito milhões e novecentos e trinta e dois mil e quinhentos e trinta e oito reais e trinta e sete centavos), o que representa, aproximadamente 22,23% da despesa empenhada, conforme demonstrado abaixo:

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE	
DESPESA EMPENHADA x DESPESA PAGA	
DESPESA EMPENHADA (A)	7.463.254.292,64
DESPESA PAGA (B)	5.804.321.754,27
DESPESA A PAGAR (A – B)	1.658.932.538,37

Fonte: i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil/ Demonstrativo da Execução dos Compromissos de Governo

Do confronto entre a receita realizada e a despesa empenhada até o período, verificou-se um *deficit* orçamentário no valor de **R\$ (611.308.007,62)** (seiscentos e onze milhões e trezentos e oito mil e sete reais e sessenta e dois centavos), assim detalhado:

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE	
RECEITA REALIZADA X DESPESA EMPENHADA	
RECEITA REALIZADA (A)	6.851.946.285,02
DESPESA EMPENHADA (B)	7.463.254.292,64
SUPERAVIT/DEFICIT ORÇAMENTÁRIO (A – B)	-611.308.007,62

Fonte: i-Gesp/ Demonstrativo da Execução da Receita Orçamentária Consolidado/ Demonstrativo da Execução da Despesa Orçamentária Consolidado

2.2.1.3 ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Nesse item, será efetuada a análise do desempenho orçamentário-financeiro, por meio de indicadores, da gestão pública do Governo do Estado de Sergipe a fim de oferecer informações acerca da utilização dos recursos públicos.

a) Quociente de Execução da Receita: Receita Arrecadada/Receita Prevista Atualizada

Receita Arrecadada	6.851.946.285,02	0,51
Receita Prevista Atualizada	13.314.917.743,00	

Este quociente demonstra que para cada **R\$ 1,00** de receita prevista atualizada, foi arrecadado o valor de aproximadamente **R\$ 0,51**, ou seja, no período, foi arrecadado aproximadamente 51,00% das receitas previstas atualizadas, caracterizando-se um *deficit* de arrecadação no valor de **R\$ 6.462.971.457,98**.

b) Quociente de Execução da Despesa: Despesa Empenhada/Dotação Atualizada

Despesa Empenhada	7.463.254.292,64	0,55
Dotação Atualizada	13.645.788.333,49	

Este quociente demonstra que para cada **R\$ 1,00** da dotação atualizada, foi executado a quantia de aproximadamente **R\$ 0,55**, ou seja, no período, foi empenhado aproximadamente 55,00% da dotação atualizada, perfazendo uma economia orçamentária no valor de **R\$ 6.182.534.040,85**.

c) Quociente de Equilíbrio Orçamentário: Despesa Autorizada/Receita Prevista

Dotação Atualizada	13.645.788.333,49	1,02
Receita Prevista Atualizada	13.314.917.743,00	

Este quociente demonstra que para cada **R\$ 1,00** de receita prevista atualizada, foram dispendidos para utilização dos recursos a quantia de aproximadamente **R\$ 1,02**, demonstrando equilíbrio orçamentário. Verifica-se, no entanto, diferença entre a Dotação Atualizada e a Receita Prevista Atualizada, decorrente dos créditos adicionais abertos através de *superavit* financeiro e excesso de arrecadação.

d) Quociente do Resultado Orçamentário: Receita Arrecadada/Despesa Empenhada

Receita Arrecadada	6.851.946.285,02	0,92
Despesa Empenhada	7.463.254.292,64	

Este quociente demonstra que para cada **R\$ 1,00** de despesa empenhada, existe a quantia de aproximadamente **R\$ 0,92** de receita arrecadada para saldar as obrigações, gerando, no exercício, um **deficit orçamentário** da ordem de **R\$ (611.308.007,62)**.

e) Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária: Receita Orçamentária/Despesa Orçamentária Paga

Receita Orçamentária	6.851.946.285,02	1,18
Despesa Orçamentária Paga	5.804.321.754,27	

Este quociente demonstra que para cada **R\$ 1,00** de despesa orçamentária paga, existe a quantia de **R\$ 1,18** de receita orçamentária para saldar as obrigações, gerando, no exercício, um **superávit financeiro** da ordem de **R\$ 1.047.624.530,75**.

f) Quociente da Execução Orçamentária Corrente: Receita Corrente/Despesa Corrente

Receita Corrente	6.716.176.757,05	0,98
Despesa Corrente	6.834.500.547,50	

Este quociente demonstra que para cada **R\$ 1,00** de Despesa Corrente Empenhada, existe a quantia de aproximadamente **R\$ 0,98** de Receita Corrente Arrecadada para saldar as obrigações, gerando, no exercício, um **deficit orçamentário corrente** da ordem de **R\$ (118.323.790,45)**.

g) Quociente da Execução Orçamentária de Capital: Receita de Capital/Despesa de Capital

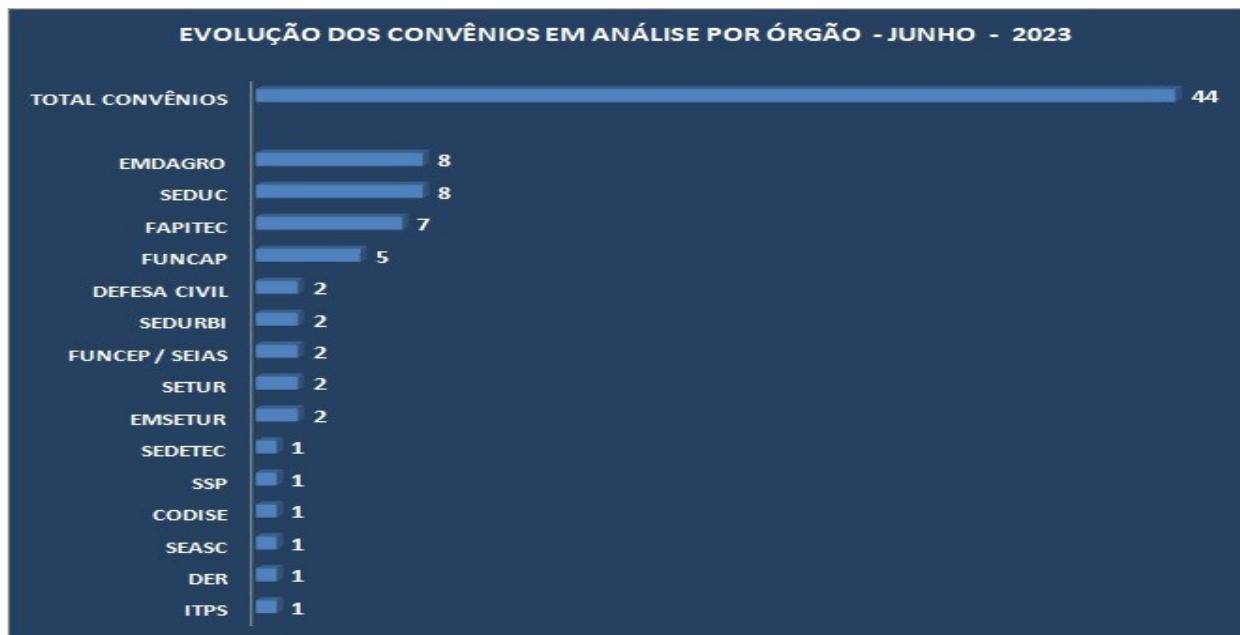
Receita de Capital	135.769.527,97	0,22
Despesa de Capital	628.753.745,14	

Este quociente demonstra que para cada **R\$ 1,00** de Despesa de Capital Empenhada, existe a quantia de aproximadamente **R\$ 0,22** de Receita de Capital Arrecadada para saldar as obrigações, gerando, no exercício, um **deficit orçamentário de capital** da ordem de **R\$ (492.984.217,17)**.

2.2.2 REGULARIDADE FISCAL DO ESTADO

Nos meses de abril, maio e junho o Núcleo de Acompanhamento da Regularidade Fiscal do Estado de Sergipe – NARF/SETC/SE, instalado na Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, monitorou todos os CNPJs relacionados ao Estado de Sergipe. Para alcançar tal objetivo, os instrumentos utilizados para acompanhar a regularidade fiscal do Estado, em sentido amplo, foram os Relatórios de Situação Fiscal, emitidos pela RFB/MF e os Relatórios advindos do CAUC/STN/MF, dentre outros. Nesse contexto, importa salientar que o surgimento de pendências obriga a SETC comunicar formalmente ao Gestor da respectiva Secretaria a existência de pendência no Relatório de Situação Fiscal/RFB/PGFN e/ou no CAUC/STN, bem como, solicitar-lhe a adoção de rápidas providências para sanar o apontamento negativo, que impede o Estado de obter ou renovar a Certidão Negativa de Débitos - CND.

Importa assinalar que, neste momento, vem requerendo atenção o número de convênios em situação de análise, segundo revelam os dados do i-Gesp. Neste sentido, eis abaixo a representação gráfica da situação dos respectivos convênios por Órgão, com a respectiva evolução no segundo trimestre de 2023:



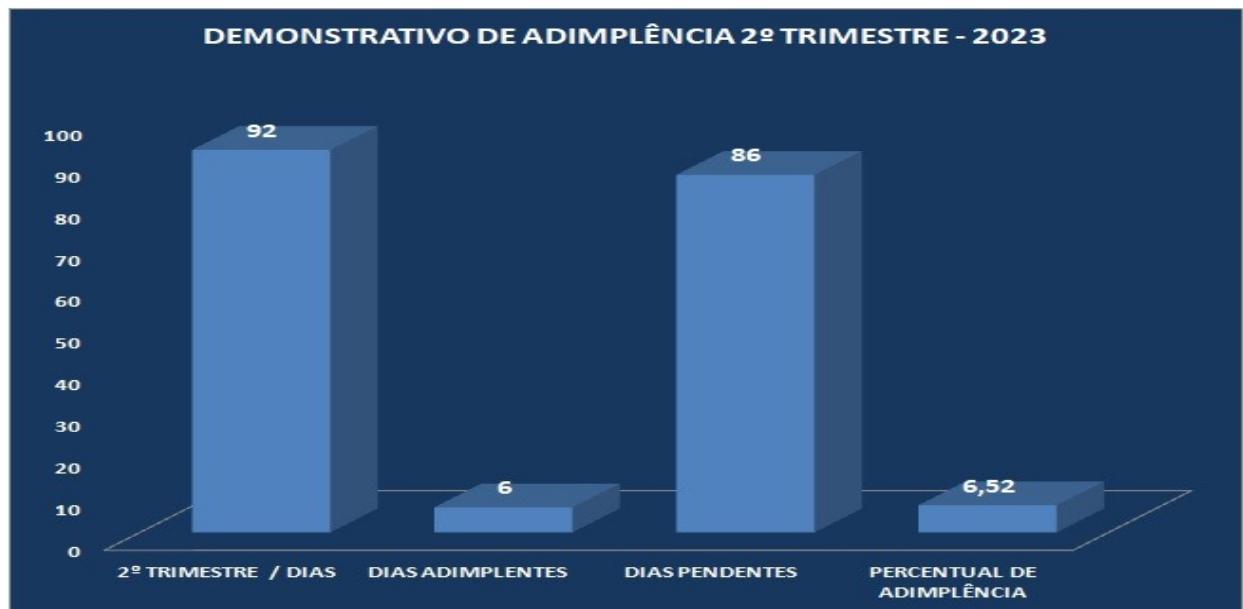
Fonte: I-Gesp

Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2023



Em relação ao acompanhamento diário dos relatórios extraídos do CAUC/STN, torna-se possível observar a regularidade fiscal da **Administração Direta e Indireta do Poder Executivo**, bem como a dos Poderes Judiciário, Legislativo e do TCE, e ainda dos Órgãos essenciais à Justiça: Ministério Público do Estado - MPE e da Defensoria Pública do Estado – DPE/SE.

Para constatar o acompanhamento dessas pendências, força se faz observar o comportamento dos Órgãos e das Entidades durante o segundo trimestre deste ano, conforme retratam a representação gráfica e o quadro demonstrativo abaixo:



Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2023

DEMONSTRATIVO DA REGULARIDADE ESTADUAL NO 2º TRIMESTRE - 2023			
ABRIL			
Descrição Pendências	Órgãos		DIAS PENDENTES
	ADM. DIRETA	ADM. INDIRETA	
1.3 – REGULARIDADE QUANTO A CONTRIBUIÇÃO PARA O FGTS		FHS	26
1.5 - REGULARIDADE PERANTE O PODER PÚBLICO FEDERAL		CEHOP, DER, EMGETIS, FHS, FUNCAP	
3.2.3 - ENCAMINHAMENTO DO ANEXO 8 DO RREO AO SIOPE	SEEDUC		
OMISSÃO DE DIRF - RELATÓRIO DE SITUAÇÃO FISCAL	SEAGRI		
DCTF - MULTA / ATRASO – RELATÓRIO DE SITUAÇÃO FISCAL – RFB	TCE, ALESE, VG, SECC, SEFAZ, SSP, DPE, SETUR, PM, CBM, SEMAC		
CP PATRONAL - RELATÓRIO DE SITUAÇÃO FISCAL	FES, FUNERH, FUNCEP, FUNCART, FUPEN, FEAS, FUNESP, FEHIS, MP, SECC, SEFAZ, SEASC, SEDUC, SEJUC, SETUR, SEDURBI, SEAGRI, SEAD, DPE, TJ, SEEL, SEMAC	FUNCART / FUNCAP	
MAIO			
Descrição Pendências	Órgãos		30
	ADM. DIRETA	ADM. INDIRETA	
1.3 – REGULARIDADE QUANTO A CONTRIBUIÇÃO PARA O FGTS	SETEEM	FHS	
1.5 - REGULARIDADE PERANTE O PODER PÚBLICO FEDERAL		CEHOP, DER, EMGETIS, FHS, FUNCAP	
3.2.3 - ENCAMINHAMENTO DO ANEXO 8 DO RREO AO SIOPE	SEEDUC		
OMISSÃO DE DIRF - RELATÓRIO DE SITUAÇÃO FISCAL	SEAGRI		
OMISSÃO DE DCTFWEB	SEAGRI, FES, FUNERH, FINATE, FUNCEP, FEASTJ, SEC, TCE, SEFAZ, SEASC, SEDUC, SES, SSP, SEJUC, SEDURBI, SEDETEC, SUPDEC, HPM, SEEL, PM, SEMAC	FUNCART / FUNCAP	
OMISSÃO DE GFIP	SEAGRI, SEAD, SSP, SEDURBI, FINATE, FUNDECON, FUNPEN, FMTCE, SECC, SETC, SEDUC, SEJUC, SETUR, SEDURBI, SEAGRI, SEDETEC, SUPDEC	FUNCART / FUNCAP	
PENDÊNCIA CP PATRONAL	FES, FUNERH, FUNCEP, FUPEN, FEAS, FUNESP, TCE, FEHIS, TJ, SECC, SETC, SEFAZ, SEASC, SEDUC, SEJUC, SETUR, SEDURBI, SEAD, DPE, PM, SEMAC		
JUNHO			30
Descrição Pendências	Órgãos		30
	ADM. DIRETA	ADM. INDIRETA	
1.3 - REGULARIDADE CONTRIBUIÇÕES PARA O FGTS		FHS	
1.5 - REGULARIDADE PERANTE O PODER PÚBLICO FEDERAL		CHEOP, EMGETIS, FHS, FUNCAP	
3.2.3 - ENCAMINHAMENTO DO ANEXO 8 DO RREO AO SIOPE	SEEDUC		
OMISSÃO DE DIRF - RELATÓRIO DE SITUAÇÃO FISCAL	SEAGRI		
OMISSÃO DE DCTFWeb	FES, FEAS, MP, ALESE, SEFAZ, SEASC, SEDUC, SES, SSP, SEJUC, SEAGRI, CBM, SEMAC, TCE		
CP PATRONAL - RELATÓRIO DE SITUAÇÃO FISCAL	FES, FUNERH, FUNCEP, FEAS, FUNESP, TCE, SEFAZ, SEASC, SEDUC, SEJUC, SETUR, SEDURBI, SEAD, DPE, PM, SEMAC, SEEL		
OMISSÃO DE GFIP	SEGG, SEAD, SEDUC, SSP, SEDURBS, FINATE, FUNDECON, FUNPEN, FMTCE, SECC, SECOM, SETC, SEDUC, SETUR, SUPDEC, SEDURBI, SEAGRI, SEDETEC		
TOTAL			86

Nesse contexto, saliente-se que a Secretaria de Estado da Transparência e Controle - NARF/SETC aplica o **Índice de aferição da Regularidade** dos Órgãos da **Administração Direta e das Entidades que compõem a Indireta**, cujo objetivo visa demonstrar, diariamente, em tempo real, a quantidade de dias em que determinado Órgão ou definida Entidade permaneceu em situação de irregularidade.

Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2023

A utilização dessa metodologia permite atribuir a esses Órgãos ou a tais Entidades um percentual relacionado aos dias que compõe os meses de abril, maio e junho de 2023.

Para melhor ilustrar a aplicação desse método, eis, na sequência, o **Índice de Regularidade** do segundo trimestre de 2023, com os respectivos números acumulados nos meses anteriores.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

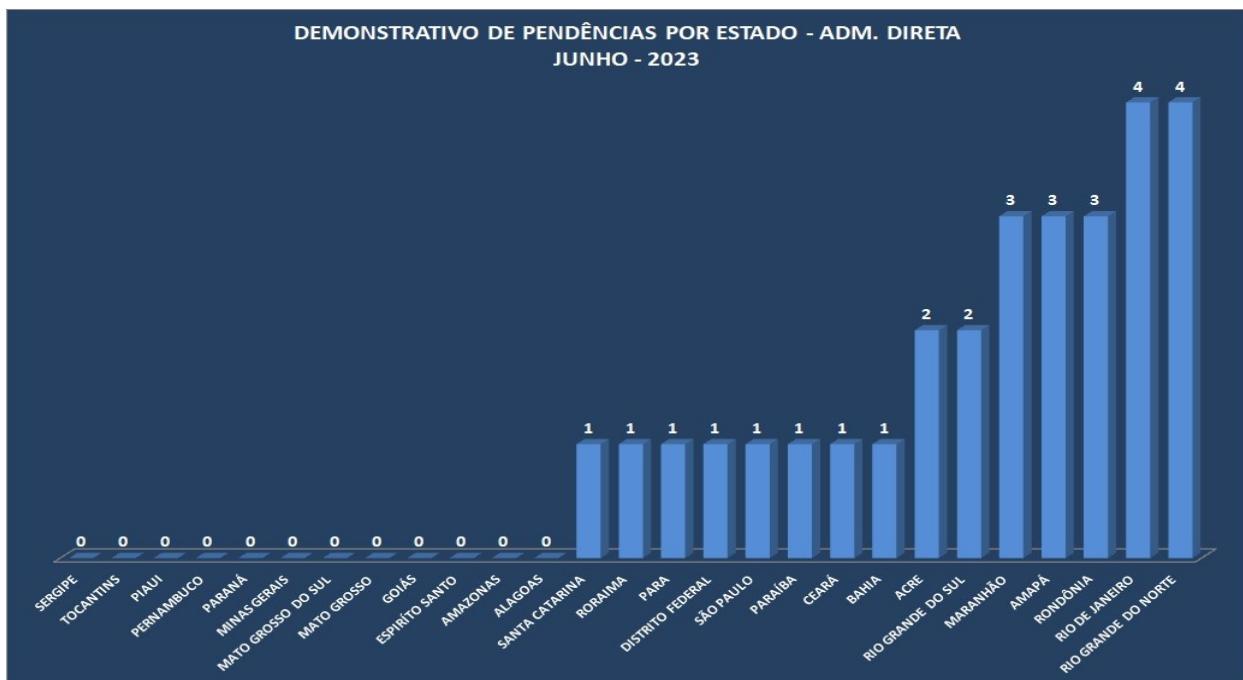
GOVERNO DE SERGIPE						Referência	
SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE - SETC						30/6/2023	
ÍNDICE ANUAL DE REGULARIDADE - 2023						1/1/2023	
Nº ORDEM	ÓRGÃOS	ADMINISTRAÇÃO DIRETA		Nº / DIAS	Nº DIAS REGULARES	Nº DIAS IRREGULARES	% ÍNDICE REGULARIDADE
1	CBM	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SERGIPE	180	141	39	102	78,33
2	HPM	HOSPITAL DA POLÍCIA MILITAR DE SERGIPE		168	12	156	93,33
3	VGE	VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO		171	9	162	95,00
4	DPE	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE		85	95	0	47,22
5	MP/SE	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE		165	15	150	91,67
6	PGE	PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO		180		0	100,00
7	PM / SE	POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SERGIPE		85	95	0	47,22
8	SEAD	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO		104	76	28	57,78
9	SEAGRI	SECRETARIA DE EST. DA AGRICULTURA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL		5	175	170	2,78
10	SEASC	SECRETARIA DE ESTADO DA INCLUSÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO		104	76	28	57,78
11	SECC	SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL		118	62	56	65,56
12	SEDETEC	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA		148	32	116	82,22
13	SEDUC	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DO ESPORTE E DA CULTURA		80	100	20	44,44
14	SEDURBI	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA		104	76	28	57,78
15	SEEL	SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E LAZER		106	74	32	58,89
16	SEFAZ	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA		92	88	4	51,11
17	SEJUC	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DE DEFESA AO CONSUMIDOR		104	76	28	57,78
18	SEMAC	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E AÇÕES CLIMÁTICAS		54	126	72	30,00
19	SES	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE		83	84	1	46,11
20	SETC	SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE		161	19	142	89,44
21	SETEEM	SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, EMPRREGO E EMPREENDEDORISMO		167	13	154	92,78
22	SETUR	SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO		86	94	2	47,78
23	SSP	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA		103	77	26	57,22
24	ALESE	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA		159	21	138	88,33
25	TCE	TRIBUNAL DE CONTAS		133	47	86	73,89
26	TJ	TRIBUNAL DE JUSTIÇA		138	42	96	76,67

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2023

GOVERNO DE SERGIPE					Referência	
SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÉNCIA E CONTROLE - SETC					30/6/2023	
ÍNDICE ANUAL DE REGULARIDADE - 2023					1/1/2023	
Nº ORDEM	SIGLA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	Nº DIAS	Nº DIAS REGULARES	Nº DIAS IRREGULARES	% ÍNDICE REGULARIDADE
1	ADEMA	ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	180	180		100,00
2	AGRESE	AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DO ESTADO DE SERGIPE		180		100,00
3	BANESE	BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A.		180		100,00
4	CEHOP	COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS		5	175	2,78
5	CODISE	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SERGIPE		180		100,00
6	COHIDRO	COMPANHIA DE DESENV. DE RECURSOS HÍDRICOS DE SERGIPE		180		100,00
7	DEPEC	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL		180		100,00
8	DER	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE SERGIPE		38	142	21,11
9	DESO	CIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE S.A		180		100,00
10	DETRAN	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO		180		100,00
11	EMDAGRO	EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE SERGIPE		180		100,00
12	EMGETIS	EMPRESA SERGIOPANA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		5	175	2,78
13	EMSETUR	EMPRESA SERGIOPANA DE TURISMO		180		100,00
14	FAPITEC/SE	FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA E A INOVAÇÃO TECNOLÓGICO/SE		180		100,00
15	FHS	FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE		5	175	2,78
16	FSPH	FUNDAÇÃO DE SAÚDE PARREIRAS HORTA		180		100,00
17	FUNCAP	FUNDAÇÃO DE CULTURA E ARTE APERIPÊ DE SERGIPE		5	175	2,78
18	FUNESA	FUNDAÇÃO ESTADUAL DE SAÚDE		180		100,00
19	HEMOLACEN	INSTITUTO DE HEMOTERAPIA E DE ATIVIDADES DE LABORATÓRIO CENTRAL		180		100,00
20	IPESAÚDE	INSTITUTO DE PROM E ASSIST A SAÚDE DE SERV DO ESTADO DE SERGIPE		180		100,00
21	IPES PREVIDENCIA	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. DO ESTADO DE SERGIPE		180		100,00
22	ITPS	INSTITUTO TECNOLÓGICO E DE PESQUISAS DO ESTADO DE SERGIPE		180		100,00
23	JUCESE	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SERGIPE		180		100,00
24	PRONESE	EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ESTADO DE SERGIPE		180		100,00
25	RENASCER	FUNDAÇÃO RENASCER DO ESTADO DE SERGIPE		180		100,00
26	SEGRASE	SERVIÇOS GRÁFICOS SERGIPE		180		100,00
27	SERGÁS	SERGIPE ENERGIAS RENOVÁVEIS E GÁS S.A.		180		100,00
28	SERGIPE PREVIDENCIA	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. DO ESTADO DE SERGIPE		180		100,00

Na sequência, a representação gráfica apresenta o demonstrativo da regularidade fiscal na qual se revela a destacada situação do Estado de Sergipe no cenário nacional.



Fonte: CAUC/STN

Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2023

Ao olhar atentamente esse gráfico, observa-se a regularidade dos demais Estados do Brasil e, Sergipe ostentar destacada posição.

Por oportuno, ressalte-se que o Estado de Sergipe se encontra, no momento, amparado por medidas liminares, inclusive a relacionada ao Convênio Federal nº. 777.189/2012, envolvendo a Fundação Palmares/MEC.

As ações preventivas com o objetivo de manter a Regularidade Estadual, evitando, dessa forma, que o Estado de Sergipe ficasse impedido de receber os recursos que são essencialmente necessários, e imprescindíveis, para manutenção e ampliação das políticas públicas, bem como se tornasse apto a celebrar convênios, receber recursos oriundos da União, a exemplo das transferências voluntárias, firmar contratos e outros instrumentos congêneres.

A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS E A PROATIVIDADE

O intercâmbio com os outros Estados do Brasil, as trocas de informações com os outros técnicos de diversos Estados, as reuniões realizadas pelo GEFIN revelam que o Estado de Sergipe necessita urgentemente investir em sistemas de informática para manter, monitorar, acompanhar a regularidade fiscal em tempo real visando antecipar futuros problemas.

AS PARCERIAS COM ÓRGÃOS EXTERNOS

Importa citar a necessidade de o Estado firmar parcerias, celebrar convênios, termos de colaboração com muitos Órgãos e Entidades, Instituições financeiras, tais como: RFB, PGFN, CEF, BB, ECT, ANATEL, INMETRO/ITPS, SERASA, etc. Nesse contexto, convém destacar que, a partir de junho do fluente ano, vários contatos já foram estabelecidos e, ainda, estão sendo objeto de tratativas.

O TRABALHO E A IMPORTÂNCIA DESTE PARA O ESTADO

Na prática, o trabalho consiste em manter e monitorar a regularidade fiscal do Estado. Para tanto, existe o acompanhamento da predita regularidade no Estado de Sergipe em sentido amplo, pois esse monitoramento contempla a Administração Pública do Poder Executivo, dos Poderes Legislativo e Judiciário, e ainda do Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público e da Defensoria Pública do Estado de Sergipe.

A importância dessa atividade, ganha relevo do ponto de vista interno e, sobretudo, externamente: primeiro, no seio da Administração Estadual, quando se obtém a renovação da

Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2023

Certidão Negativa de Débitos - CND e, ainda, no exato momento em que determinado Órgão ou certa Entidade pretende celebrar convênios, firmar contratos, ou ainda quando o Estado está prestes a receber repasses da União ou de órgãos supranacionais ou realizar operações de crédito; segundo, no plano externo, é possível ser visto pelas realizações de obras e dos serviços prestados pelo Governo à população sergipana, pois graças à regularidade fiscal os recursos podem ser obtidos e os serviços contratados pelo Governo do Estado de Sergipe

2.3 AÇÕES DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL

A Auditoria Governamental é a atividade de controle interno que tem por finalidade avaliar os controles internos administrativos dos Órgãos e das Entidades jurisdicionados, examinar a legalidade, legitimidade e avaliar os resultados da gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da aplicação de recursos públicos por pessoas físicas e jurídicas.

Nesse sentido, a Secretaria de Estado da Transparéncia e Controle - SETC realizou, no segundo trimestre de 2023, ações de auditoria com o objetivo de cumprir a sua missão institucional, cujos resultados estão sintetizados a seguir:

2.3.1 AUDITORIAS DE CONTAS ANUAIS

No segundo trimestre de 2023, em atendimento às normas e procedimentos de Controle Interno, aplicáveis aos Órgãos e às Entidades do Poder Executivo Estadual, dispostas na Lei Estadual nº. 3.630, de 26 de junho de 1995, a Secretaria de Estado da Transparéncia e Controle receptionou e analisou, emitindo-se os respectivos Relatórios Técnicos, Certificados de Auditoria e Parecer do Dirigente do Órgão Central de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, até junho de 2023, o total de 66 Prestações de Contas Anuais – PCAs das Unidades Gestoras do Estado de Sergipe, bem como a PCA do Governo do Estado, relativas ao exercício financeiro de 2022. Este número representa 100% dos Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta Estadual que estão obrigados a apresentar as contas anuais ao Tribunal do Estado de Sergipe – TCE/SE.

Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2023

As Prestações de Contas Anuais recebidas e analisadas pela SETC se encontram relacionadas na tabela abaixo:

Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2023

SETC- PCA – ADMINISTRAÇÃO DIRETA/INDIRETA – 2022						
Nº	PROTOCOLO DE ENTRADA	DATA	ADMID	ADM	CÓDIGO UG	TIPO
1	6/2023-PREST-CONTAS-IOSE	02/02/2023		SEGRASE	-	EMPRESA
2	4800/2023-PREST-CONTAS-SEDUC	27/02/2023	SEDUC		181011	SECRETARIA
3	2/2023-PREST-CONTAS-ZPE/SE	27/02/2023		ZPE	-	SEM
4	55/2023-PREST-CONTAS-CODISE	27/02/2023		CODISE	-	SEM
5	1971/2023-PREST-CONTAS-DESO	27/02/2023		DESO	-	SEM
6	45/2023-PREST-CONTAS-ADEMA	28/02/2023		ADEMA	322011	AUTARQUIA
7	496/2023-PREST-CONTAS-SEAD	28/02/2023	FDES		144031	FUNDO
8	158/2023-PREST-CONTAS-SERGIPREVIDÊNCIA	28/02/2023		SERGIPE PREVIDÊNCIA	372011	AUTARQUIA
9	12/2023-PREST-CONTAS-HPM	28/02/2023	HPM		221021	ÓRGÃO
10	9/2023-PREST-CONTAS-SETUR	28/02/2023	SETUR		331011	SECRETARIA
11	281/2023-PREST-CONTAS-CODERSE	28/02/2023		COHIDRO	173021	SEM
12	145/2023-PREST-CONTAS-SEDURBI	28/02/2023	DEPEC		241101	ÓRGÃO
13	143/2023-PREST-CONTAS-SEDURBI	28/02/2023	FEHIS		144011	FUNDO
14	50/2023-PREST-CONTAS-JUCESE	28/02/2023		JUCESE	192011	AUTARQUIA
15	568/2023-PREST-CONTAS-SEAD	28/02/2023	FDRH		154011	FUNDO
16	141/2023-PREST-CONTAS-SEDURBI	28/02/2023	FUNDEMA		144011	FUNDO
17	147/2023-PREST-CONTAS-SEDURBI	28/02/2023	SEDURBS		261061	SECRETARIA
18	146/2023-PREST-CONTAS-SEDURBI	28/02/2023	FERH		324021	FUNDO
19	173/2023-PREST-CONTAS-ITPS	28/02/2023		ITPS	192021	AUTARQUIA
20	40/2023-PREST-CONTAS-AGRESE	28/02/2023		AGRESE	132011	AUTARQUIA
21	28/2023-PREST-CONTAS-EMDAGRO	28/02/2023		EMDAGRO	173011	EMPRESA
22	11/2023-PREST-CONTAS-DPE	28/02/2023	FUNDEPES		284011	FUNDO
23	12/2023-PREST-CONTAS-DPE	28/02/2023	DPE		281011	ÓRGÃO
24	577/2023-PREST-CONTAS-SEAD	28/02/2023	SEAD		151041	SECRETARIA
25	43/2023-PREST-CONTAS-SEDETEC	28/02/2023	FAI		194011	FUNDO
26	44/2023-PREST-CONTAS-SEDETEC	28/02/2023	FUNTEC		194021	FUNDO
27	362/2023-PREST-CONTAS-PGE	28/02/2023	PGE		101011	ÓRGÃO
28	8/2023-PREST-CONTAS-VGE	28/02/2023	VGE		121011	SECRETARIA
29	105/2023-PREST-CONTAS-CEHOP	28/02/2023		CEHOP	263011	SEM
30	42/2023-PREST-CONTAS-SEDETEC	01/03/2023	SEDETEC		191051	SECRETARIA
31	4/2023-PREST-CONTAS-FHS	01/03/2023		FHS	-	FUNDAÇÃO
32	448/2023-PREST-CONTAS-SEJUC	01/03/2023	FT		244051	FUNDO
33	14/2023-PREST-CONTAS-PRONESE	01/03/2023		PRONESE	143011	EMPRESA
34	76/2023-PREST-CONTAS-CBM-SE	01/03/2023	CBM		231011	ÓRGÃO
35	159/2023-PREST-CONTAS-SERGIPREVIDÊNCIA	01/03/2023		FINANPREV	374011	FUNDO
36	116/2023-PREST-CONTAS-EMGETIS	01/03/2023		EMGETIS	133011	EMPRESA
37	1525/2023-PREST-CONTAS-IPESAUDE	01/03/2023		IPESAUDE	152041	AUTARQUIA
38	577/2023-PREST-CONTAS-SSP	01/03/2023	FUNESP		224011	FUNDO
39	1/2023-PREST-CONTAS-BANESE	01/03/2023		BANESE	-	SEM
40	136/2023-PREST-CONTAS-SEAGRI	01/03/2023	SEAGRI		171011	SECRETARIA
41	578/2023-PREST-CONTAS-SSP	01/03/2023	SSP		221011	SECRETARIA
42	447/2023-PREST-CONTAS-SEJUC	01/03/2023	FUNDECON		214021	FUNDO
43	446/2023-PREST-CONTAS-SEJUC	01/03/2023	FUNPEN		214011	FUNDO
44	122/2023-PREST-CONTAS-PM	01/03/2023	PM		251011	ÓRGÃO
45	445/2023-PREST-CONTAS-SEJUC	01/03/2023	SEJUC		211011	SECRETARIA
46	452/2023-PREST-CONTAS-DETAN	01/03/2023		DETAN	222011	AUTARQUIA
47	580/2023-PREST-CONTAS-FUNESA	01/03/2023		FUNESA	-	FUNDAÇÃO
48	1/2023-PREST-CONTAS-SERGAS	01/03/2023		SERGAS	-	SEM
49	425/2023-PREST-CONTAS-FSPH	01/03/2023		FSPH	-	FUNDAÇÃO
50	3009/2023-PREST-CONTAS-SES	01/03/2023	FES		204011	FUNDO
51	366/2023-PREST-CONTAS-SECC	01/03/2023	SEGG		131011	SECRETARIA
52	65/2023-PREST-CONTAS-RENASCER	01/03/2023		RENASCER	242021	FUNDAÇÃO
53	204/2023-PREST-CONTAS-FUNCAP	01/03/2023		FUNCAP	182011	FUNDAÇÃO
54	205/2023-PREST-CONTAS-FUNCAP	01/03/2023	FUNCART		274011	FUNDO
55	19/2023-PREST-CONTAS-EMSETUR	01/03/2023		EMSETUR	193021	EMPRESA
56	1331/2023-PREST-CONTAS-SEASC	03/03/2023	SEIAS		241131	SECRETARIA
57	1347/2023-PREST-CONTAS-SEASC	03/03/2023	FUNCEP		244041	FUNDO
58	1344/2023-PREST-CONTAS-SEASC	03/03/2023	FEAS		244031	FUNDO
59	1336/2023-PREST-CONTAS-SEASC	03/03/2023	FUNDECRIA		244011	FUNDO
60	1335/2023-PREST-CONTAS-SEASC	03/03/2023	FUNDEPROI		244021	FUNDO
61	105/2023-PREST-CONTAS-FAPITEC/SE	03/03/2023		FAPITEC	19203	FUNDAÇÃO
62	159/2023-PREST-CONTAS-FAPITEC/SE	03/03/2023		DER	26203	AUTARQUIA
63	163/2023-PREST-CONTAS-DER/SE	03/03/2023		FAES	164031	FUNDO
64	863/2023-PREST-CONTAS-SEFAZ	10/03/2023		FINATE	164021	FUNDO
65	972/2023-PREST-CONTAS-SEFAZ	14/03/2023		SEFAZ	161011	SECRETARIA
66	1296/2023-PREST-CONTAS-SEFAZ	03/04/2023	GOVERNO		-	-
67	57/2023-PREST-CONTAS-SETC	17/04/2023	SETC		361011	SECRETARIA

2.4 TRANSPARÊNCIA ESTADUAL E ACESSO À INFORMAÇÃO

Com o objetivo de ampliar cada vez mais a Transparéncia Ativa da Gestão Governamental, o Governo de Sergipe promove, continuamente, a inserção de novos conteúdos de informações dos atos e fatos da Administração Estadual, disponibilizados no **Portal da Transparéncia de Sergipe**, no endereço eletrônico: www.transparencia.se.gov.br, em cumprimento as determinações legais, em especial à Lei Complementar Federal n. 131, de 27 de maio de 2009.



Com o advento da Lei de Acesso à Informação - Lei Federal nº. 12.527/2011, que entrou em vigor em 16 de maio de 2012, a SETC vem acompanhando, diariamente, o atendimento dos pedidos de informações apresentados aos Órgãos e às Entidades da Administração Estadual, por meio do Serviço Eletrônico de Atendimento ao Cidadão - eSic, disponibilizado no endereço eletrônico www.se-ouv.se.gov.br/esic com o objetivo de proteger a gestão estadual e, por outro lado, assegurar a prevalência do interesse público, garantindo o livre acesso às informações demandadas pela sociedade.



2.5 OUVIDORIA-GERAL DO ESTADO DE SERGIPE

2.5.1 APRESENTAÇÃO

A Ouvidoria Geral do Estado - OGE, órgão da Estrutura Administrativa do Estado de Sergipe, criada pela Lei nº 8.496, de 28 de dezembro de 2018, subordinada diretamente ao Secretário de Estado da Transparência e Controle, e ao Governador do Estado, tem por finalidade, com vistas à promoção do exercício da cidadania, receber, encaminhar e acompanhar manifestações, sugestões, reclamações e denúncias dos cidadãos relativas à prestação de serviços públicos em geral, em obediência ao Decreto Governamental Nº 40.370 de 30 de abril de 2019, e pedidos de Acesso à Informação, na forma da Lei (Federal) nº 12.527/2011 e demais normas regulamentares, assim como recomendar ações e medidas administrativas e legais contra o exercício negligente ou abusivo de cargos, empregos e funções do Poder Executivo Estadual, sem prejuízo das competências específicas de outros órgãos integrantes da Administração.

O Relatório Estatístico de Atendimentos da OGE, Órgão gerenciador da Rede de Ouvidorias do Poder Executivo Estadual, é um importante instrumento para o acompanhamento das ações e serviços prestados pelo Governo do Estado de Sergipe.

Todas as informações contidas neste relatório são oriundas das manifestações apresentadas às ouvidorias setoriais dos órgãos/entidades que compõem a referida Rede. O relatório tem como base de referência a análise estatística das manifestações registradas através do Sistema SE-OUV.

Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2023

Atualmente a Rede de Ouvidorias é composta por 50 unidades de Ouvidorias Setoriais, que representam 100% dos órgãos/entidades do Poder Executivo Estadual.

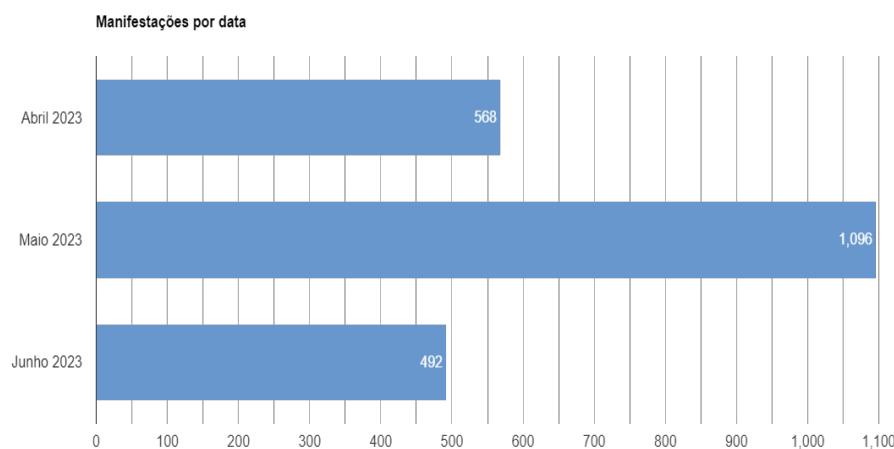
Este relatório, portanto, sintetiza a almejada transparéncia da Administração Pública, oferecendo informações estratégicas para os gestores e dados objetivos para o controle social e o incentivo à participação popular, favorecendo a prática de uma gestão democrática, na medida em que dá significado e valor a cada manifestação registrada, tomada como contribuição para a melhoria de adoção de políticas públicas e qualificação da prestação de serviços.

2.5.2 ATIVIDADES DESEMPENHADAS

O presente relatório apresenta gráficos relacionados aos atendimentos realizados pela Rede de Ouvidorias do Poder Executivo Estadual, que utilizam o Sistema SE-OUV como ferramenta de comunicação oficial para o recebimento das manifestações de ouvidoria e dos pedidos de Acesso à Informação/LAI, demandados pelos cidadãos/usuários.

Gráfico 1 – Manifestações por mês

O **gráfico 1** apresenta o número de manifestações por mês. Entre os dias 01 de abril a 30 de junho do corrente, os cidadãos/usuários registraram **2.156 manifestações** junto ao Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Estadual (SE-OUV). No mês de abril foram realizados **568** registros, em maio **1.096**, e em junho **492** manifestações.



Fonte: Sistema SE-OUV

Gráfico 2 – Por Tipo de Manifestação

Conforme o **gráfico 2**, a tipologia que apresentou o maior número de manifestações entre 01 de abril a 30 de junho foram as reclamações com **864** registros, representando (40.1%) das demandas.

Com relação as outras tipologias, foram realizadas **395** pedidos de Acesso à Informação/LAI (18.3%), **393** solicitações que representaram (18.2%), **381** denúncias (17.7%), **87** elogios (4%) e sugestões foram **36**, representando (1.7%) das manifestações.

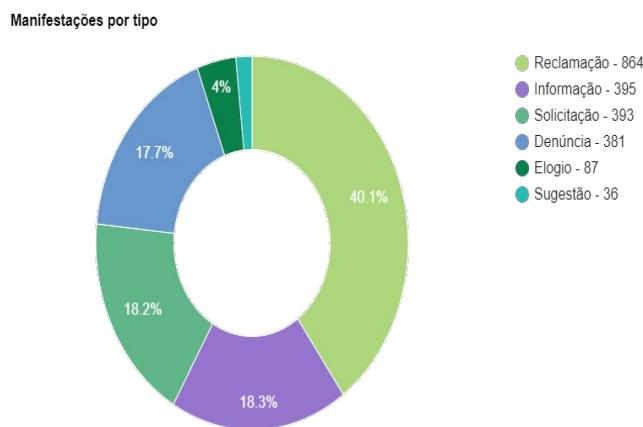


Gráfico 3 – Por Situação da Manifestação

Com relação aos atendimentos das manifestações, o **gráfico 3** aponta que os cidadãos/usuários realizaram **2.156** manifestações, dessas, **2.031** apresentam o status de *Atendidas*, representando (94.2%) de resolutividade nos atendimentos. Desses, **40** estão com status *Sem Resposta* (1.9%), e **84** manifestações encontram-se com status *Em Trâmite* (3.9%).

Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2023

Manifestações por situação

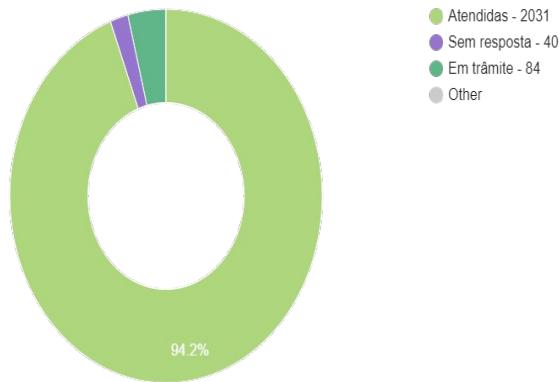


Gráfico 4 – Por Canal de Atendimento

Conforme se apresenta no **gráfico 4**, o canal de atendimento mais utilizado pelos cidadãos/usuários foi a Internet/Sistema. **1.251** manifestantes realizaram cadastro no sistema SE-OUV para envio de suas manifestações, representando (58%) dos atendimentos de ouvidoria. **78** cidadãos realizaram suas manifestações através do telefone, o que representa (3.6%) dos atendimentos. **374** atendimentos foram realizados presencialmente, representando (17.3%), e **453** atendimentos foram realizados através de meio postal (21%).

Manifestações por canal de atendimento

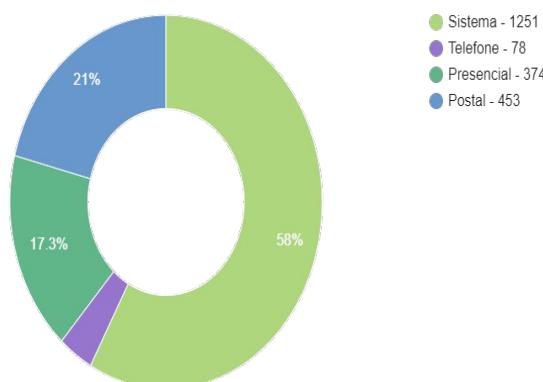


Gráfico 5 – Por Gênero

Quanto ao perfil dos manifestantes por gênero, o **gráfico 5** mostra que **480** manifestações foram realizadas por cidadãos/usuários do gênero *Masculino*, o que representa (22.3%) do público. **721** manifestações foram registradas pelo gênero *Feminino*, representando (33.4%) das manifestações. **947** manifestações foram realizadas por público *Não informado*, o que representa (43.9%) dos registros de atendimento, e **8** demandas foram realizadas por pessoa física opção *Outro*, que equivale a (0.4%) dos registros.

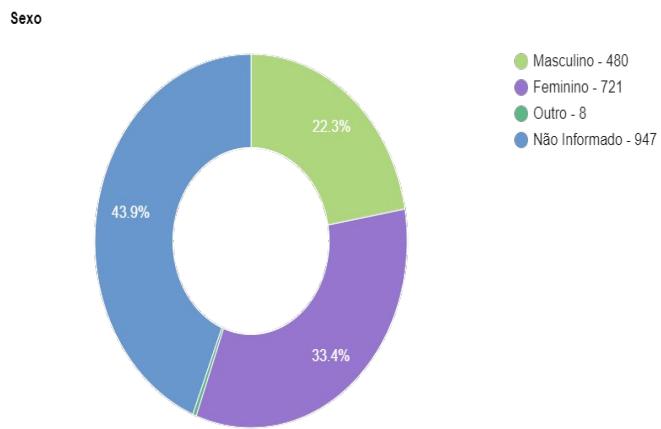


Gráfico 6 – Por Órgão/Entidade

No **gráfico 6**, estão representados os órgãos/entidades que foram mais demandados nos meses de abril a junho deste ano. Os 5 (cinco) órgãos/entidades do Poder Executivo Estadual que mais registraram manifestações de Ouvidoria foram: A SES com **540** manifestações, o IPESAÚDE com **291**, a SEDUC com **254** das demandas, o HUSE com **191** dos registros, e o DETRAN com **168** dos atendimentos.

Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2023

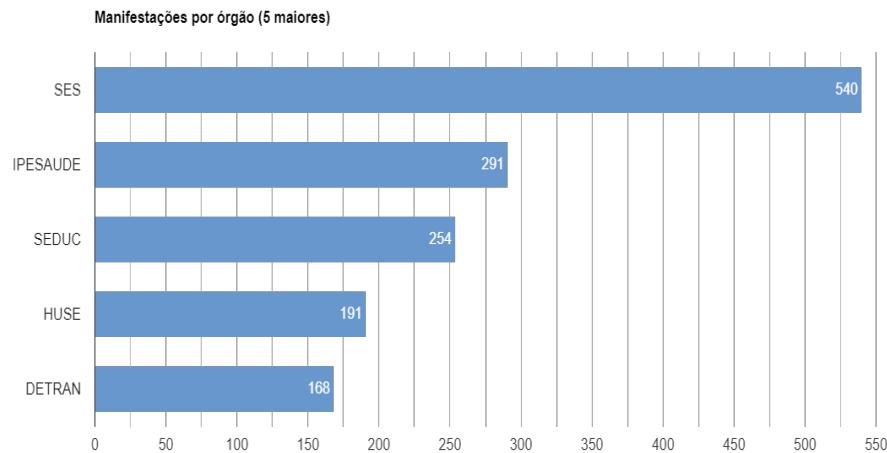


Gráfico 7 – Por Faixa etária

Quanto à faixa etária dos manifestantes, o **gráfico 7** mostra que **2.071** usuários preferiram não informar a idade. Dos usuários que informaram, **7** tinha idade entre (0 a 18 anos), **7** de (19 a 25 anos), **38** manifestantes tinham de (26 a 40 anos), **21** de (41 a 60 anos) e **12** dos manifestantes estão acima dos (60 anos).

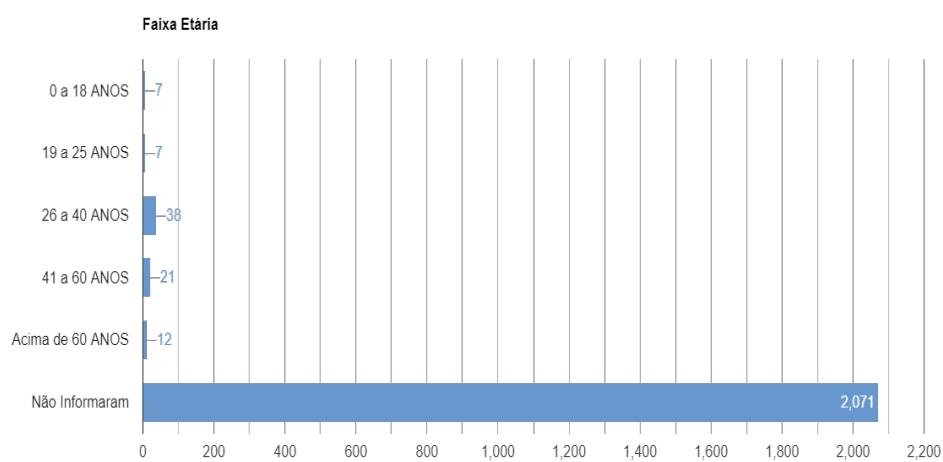


Gráfico 8 – Por Renda

Com relação a renda dos manifestantes, o **gráfico 8** mostra que **1.832** dos usuários declararam não possuir renda, o que equivale a (85%) dos manifestantes. **123** informaram receber até dois salários (5.7%), **86** recebem de dois a quatro salários (4%), **91** recebem de quatro a dez salários (4.2%), **19** informaram receber de dez a vinte salários (0.9%) e **5** recebem acima de vinte salários-mínimos (0.2%).

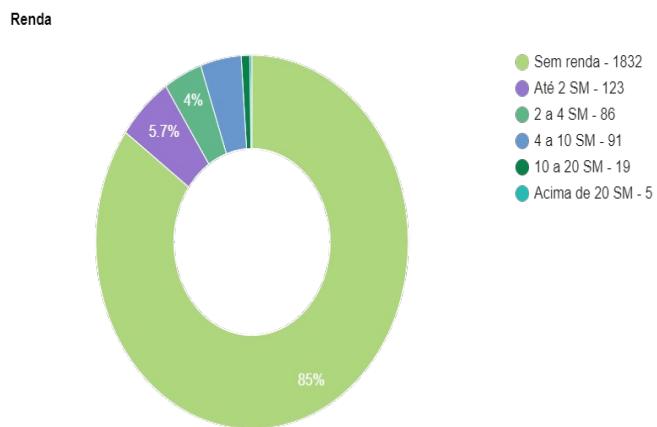


Gráfico 9 – Por Nível de Escolaridade

O **gráfico 9** demonstra o nível de escolaridade dos cidadãos/usuários que utilizaram a Rede de Ouvidorias do Poder Executivo Estadual. **1.615** dos manifestantes não informaram sua escolaridade, o que representa (74.9%) dos usuários. Observa-se ainda no gráfico, que o público que informou seu nível de escolaridade, prevalecem os usuários com Ensino Superior Completo com **338** registros (15.7%), com Ensino Superior Incompleto são **76** (3.5%), Ensino Médio Completo foram **78** (3.6%), Ensino Médio Incompleto foram **25** (1.2%), Ensino Fundamental foram **19** (0.9%) e Analfabetos foram **3**, representando (0.2%) do público.

Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2023

Escolaridade

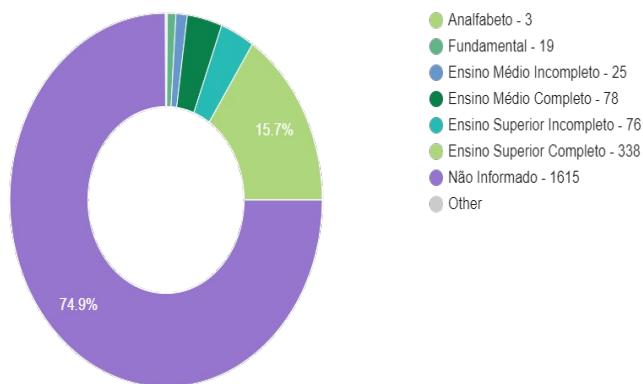


Gráfico 10 – Por Ente Federativo

O **gráfico 10** apresenta os 5 (cinco) entes federativos que mais demandaram o Sistema de Ouvidorias do Estado de Sergipe (SE-OUV). Desses, **1.100** dos manifestantes são do Estado de Sergipe, **839** preferiram não informar sua localização, **56** são oriundos do Estado de São Paulo, **45** do Rio de Janeiro e **19** do Estado de Santa Catarina.

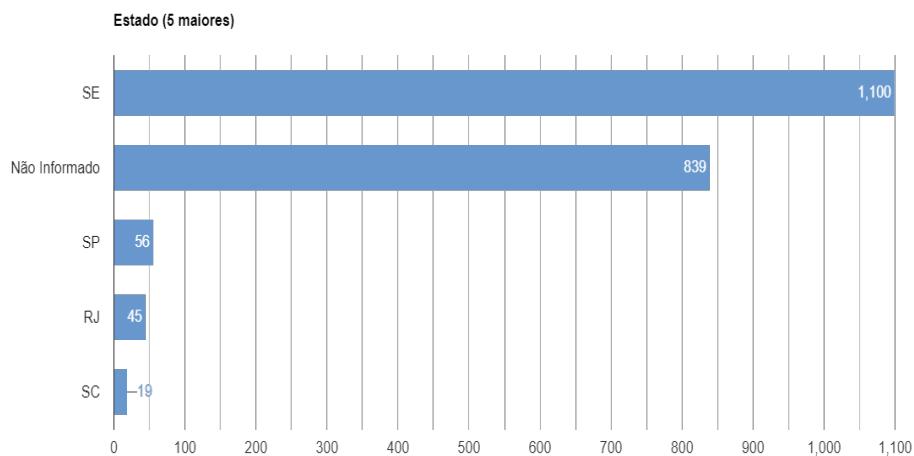
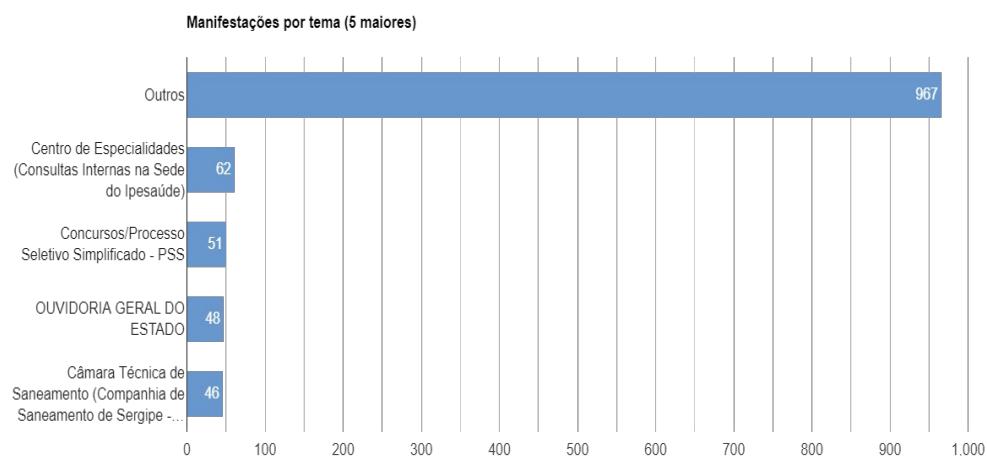


Gráfico 11 – Por Tema (5 temas mais Demandados)

O gráfico 11 revela os temas mais apontados pelos usuários. Observa-se que a opção ***Outros*** destaca-se com um quantitativo superior aos demais, pois no sistema não existe a obrigatoriedade do preenchimento do ‘Tema’, atendendo orientação do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe – TCE/SE.

A opção ***Outros*** aparece com **967** manifestações dos mais variados temas, seguida pelo tema: Centro de Especialidades (Consultas internas na sede)/**IPESAÚDE** com **62** manifestações. Com **51** manifestações aparece o tema: Concursos/Processo Seletivo Simplificado-PSS, com **48** manifestações aparece o tema: Ouvidoria Geral do Estado/**OGE-SE**, e com **46** demandas aparece o tema: Câmara Técnica de Saneamento/**AGRESE**.



2.6 POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS DO PODER EXECUTIVO

Por meio do Decreto Estadual nº 41.006, de 05 de outubro de 2021, foi instituída a Política Estadual de Proteção de Dados Pessoais do Poder Executivo, que dispõe sobre o conjunto de diretrizes, projetos, ações e metas estratégicas, para a adequação dos atos de tratamento de dados pessoais realizados no âmbito da administração pública estadual direta e

Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2023

indireta do Poder Executivo Estadual, ressalvadas as entidades de direito privado que atuam em regime concorrencial, em conformidade com a Lei (Federal) nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais –LGPD.

Durante os meses de abril à junho foram realizadas adequações na tramitação de documentos que contenham dados pessoais na SETC, bem como orientações aos órgãos e entidades da administração pública Estadual em relação ao tratamento de dados pessoais.

Além disso, é realizado o monitoramento contínuo da designação dos encarregados setoriais e comitês executivos da Política Estadual de Proteção de Dados Pessoais.

2.7 AVALIAÇÃO DO “PROGRAMA DE INTEGRIDADE”

Por meio do Decreto Estadual nº 41.008, de 06 de outubro de 2021, foi regulamentada a Lei nº. 8.866/2021, que instituiu a obrigatoriedade de instituição de “Programa de Integridade” nas Empresas que contratem com a Administração Pública do Estado de Sergipe.

O Decreto Estadual nº 41.008/2021, atribuiu a SETC a competência para avaliar os Programas de Integridade apresentados, bem como regulamentar os procedimentos e diretrizes de avaliação.

Nesse sentido, no dia 06 de janeiro de 2022, a SETC publicou a Portaria nº 001/2022 que dispõe sobre os procedimentos e diretrizes de avaliação quanto à aplicação e efetividade do “Programa de Integridade” das pessoas jurídicas que contratem com a Administração Pública do Estado de Sergipe.

Entre os meses de abril e junho chegaram na SETC 30(trinta) processos para avaliação do programa de integridade, neste mesmo período foram exarados 37(trinta e sete) Despachos, 26(vinte e seis) Notificações, 14(quatorze) Relatórios Preliminares de Avaliação dos Programas de Integridade, 14(quatorze) Relatórios Circunstanciados e 15 Certificados de Avaliação de Programa de Integridade.

Além disso, a SETC tem intensificado a orientação sobre a implantação de Programa de Integridade com as empresas que contratam com o Poder Executivo do Estado de Sergipe.

3. GESTÃO DA SETC

3.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2023

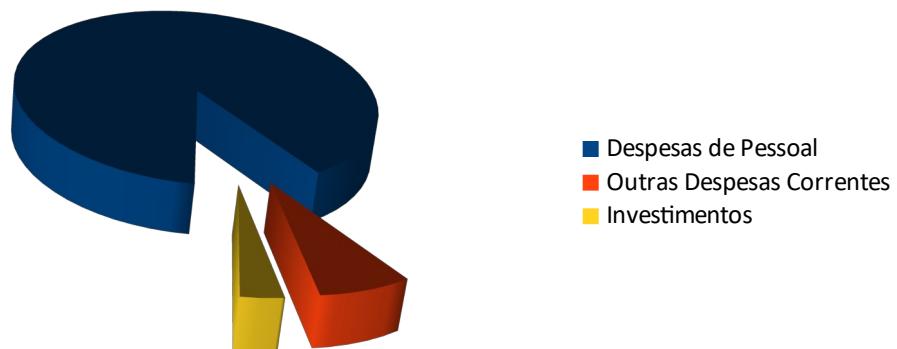
Para o exercício 2023, a Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 9.155, de 07 de janeiro de 2023, fixou as despesas para Secretaria de Estado da Transparência e Controle, no montante de R\$ 4.000.000,00, assim distribuídos:



Fonte: i-Gesp/Sefaz

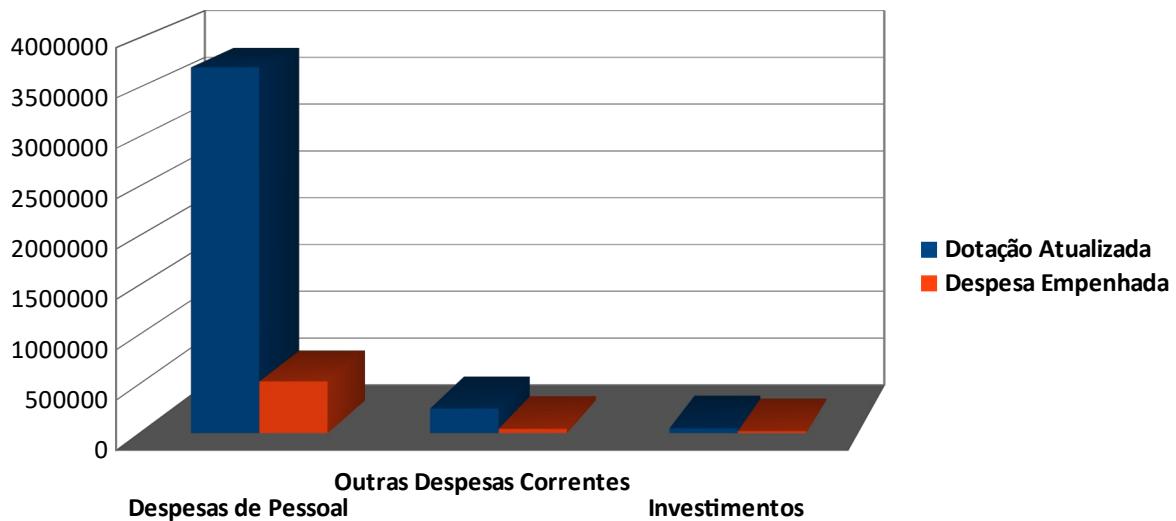
Quanto aos créditos adicionais, no segundo trimestre não houve suplementação e anulação de créditos.

Durante o período de 1º de abril a 30 de junho de 2023, as despesas orçamentárias empenhadas pela Secretaria de Estado da Transparência e Controle alcançaram o valor de R\$ 587.356,70 (quinhentos e oitenta e sete mil e trezentos e cinquenta e seis reais e setenta centavos), que corresponde a aproximadamente 14,68% da Dotação Orçamentária atualizada e estão demonstradas no gráfico a seguir:



Fonte: i-Gesp/Sefaz

A relação entre a Dotação Orçamentária Atualizada e a Despesa Empenhada está configurada no gráfico abaixo:



Fonte: i-Gesp/Sefaz

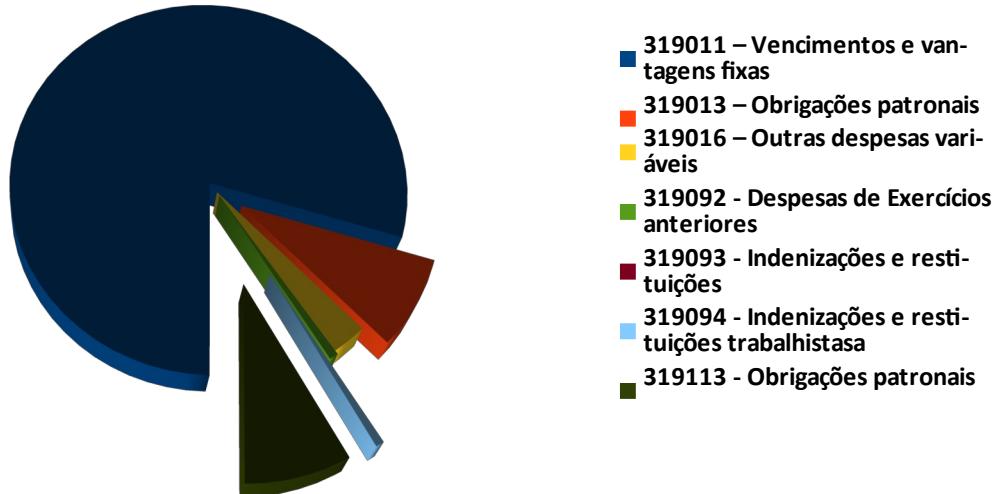
3.2 PESSOAL E ENCARGOS

O quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Transparência e Controle é composto por 29 servidores, cuja distribuição está demonstrada na estatística de evolução do gráfico a seguir:



Fonte: RH/SETC

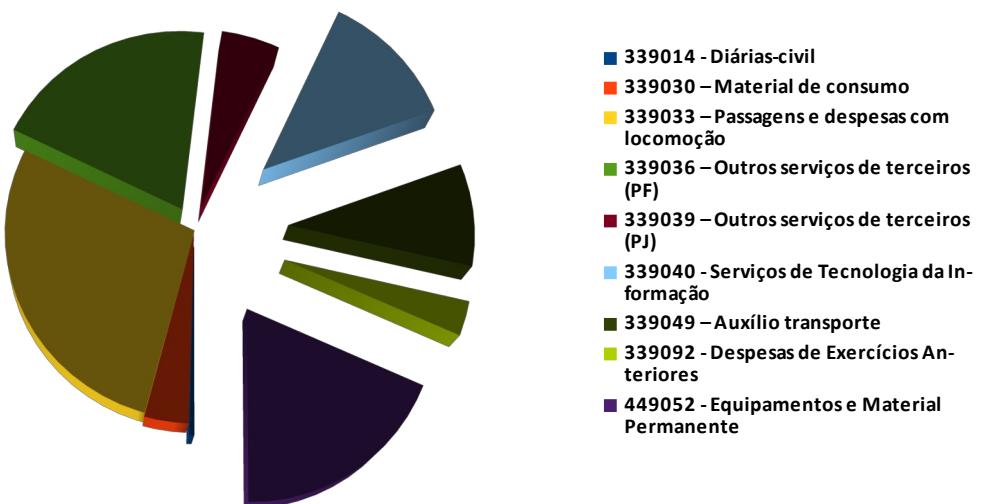
A despesa empenhada com pessoal da Secretaria de Estado da Transparência e Controle, durante o segundo trimestre, alcançou o montante de R\$ 1.080.854,09 (um milhão e oitenta mil e oitocentos e cinquenta e quatro reais e nove centavos), que corresponde a aproximadamente 29,21% da Dotação Orçamentária total atualizada e está consignado nos elementos de despesas demonstrados no gráfico abaixo:



Fonte: i-Gesp/Sefaz

3.3 OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO/INVESTIMENTOS

Além disso, no âmbito do custeio desta Casa de Controle Interno, durante o período de abril a junho de 2023, alcançou o montante de R\$ 105.841,66 (cento e cinco mil e oitocentos e quarenta e um reais e sessenta e seis centavos), que corresponde a aproximadamente 2,65% da dotação orçamentária total atualizada, conforme demonstrados no gráfico a seguir, que confirma o momento de contenção de despesa da Administração Estadual:



Fonte: i-Gesp/Sefaz

3.4. TRANSPARÊNCIA E MODERNIZAÇÃO

Compete ao Núcleo de Transparência e Modernização - NTM planejar, executar, acompanhar e propor soluções modernas na área de Tecnologia da Informação da Secretaria de Estado da Transparência e Controle, avaliações e/ou monitoramento dos portais de transparência dos órgãos e entidades do Estado de Sergipe.

Para execução das competências atribuídas, o NTM conta com as seguintes áreas: Área de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas, Área de Suporte e Infraestrutura e Área de Avaliação e Monitoramento de Portais.

3.4.1 ÁREA DE DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS

Esta área é responsável pelo desenvolvimento e manutenção dos sistemas elaborados por esta secretaria, bem como prestar um serviço de apoio e suporte aos usuários que utilizam os mesmos. Para realização destas atividades contamos com um efetivo de 1 profissional para dar suporte a três sistemas de categorias distintas: *Transparéncia Estadual, Ouvidoria-Geral, Comunicação e Painel de Monitoramento*.

3.4.3 ÁREA DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DE PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA

Esta área tem a responsabilidade de acompanhar e monitorar os portais de transparência dos órgãos e entidades do poder executivo, com o objetivo de ampliar e melhorar a disponibilidade das informações ofertadas à sociedade e consequentemente um melhor resultado nas avaliações dos órgãos de controle.

Realiza constantes reuniões com os responsáveis pelos portais de transparência dos Órgãos do Poder Executivo, com o intuito de orientar e seguir a padronização dos sítios eletrônicos e dirimir as eventuais dúvidas quanto à origem e confiabilidade das informações disponibilizadas.

Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2023

Nesse sentido, apresentamos o panorama das avaliações dos órgãos e entidades do executivo estadual seguindo os critérios aplicados pelo TCE/SE, realizado pela SETC no período de janeiro a maio de 2023. Senão vejamos:

Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2023

CODISE	8,8	9	9,8	8,8	9
CODERSE	7,9	8,1	7,1	7,6	7,4
CBMSE	7,9	8,4	8,4	9	9,1
DEF. CIVIL	0	7,9	6,5	4,3	6,1
DERSE	8,6	8,6	8,6	9,1	9,1
DESO	7,3	7,1	8,4	7	7
DETRAN/SE	8,7	9,7	9,4	9,8	9,8
EMDAGRO	8,4	9,8	8,9	8,7	8,6
EMGETIS	9,8	9,4	9,8	9,8	9,8
EMSETUR	9,4	9,8	9,7	8,8	8,4
FAPITEC/SE	9,6	10	10	10	10
FSPH	5,7	5,7	5,1	7,9	5,1
FUNCAP/SE	5	3,7	5,1	2,2	2,2
RENASCER	5,2	5,2	5,5	8,3	7,8
FUNESA	8,4	8,9	8,2	9,4	9,4
HPM	7,2	7,3	6,5	6,7	6,7
IPESAUDE	8,3	8,6	9,3	9,8	9,8
ITPS	8,8	8,4	8,3	9,1	8,8
JUCESE	9,1	9,7	9,2	6,9	6,9
PGE	8,1	9,7	9,7	9,7	9,7
PMSE	9,2	9,2	8,4	8,6	8,1
PRONESE	9,3	9,3	9,3	9,3	9
SEAD	9	8,5	9	9	9
SEAGRI	9,8	9,8	9,8	8,1	9,2
SEDETEC	10	9,3	9,1	9,5	9,1
SEDUC	9,6	9,4	8,1	8,3	8,5
SEDURBI	5,1	9,9	9,1	10	8,7
SEFAZ	8,7	9	9,1	9	9,2
SECC	6,5	8,3	9,8	9,8	9,8
IOSE	6,3	6,3	5,7	8,9	8,9
SEASC	5,8	5,8	7,7	4,6	4,8
SEJUC	9,6	8,7	9,6	9,1	9,3
SERGÁS	6,4	7,5	7,3	9	9
S.PREV	9,3	9,5	10	10	10
SES	7,7	7,6	7,6	6,7	6,8
SETC	8,1	8,1	8,1	8,1	8,3
SETUR	9,8	9,6	9,8	9,8	9,3
SSP	8,8	9,7	9	9,7	9,7
VGE	0	0	0	0	0
SEEL	0	0	0	0	0
SEMAC	0	0	0	0	0
DEF PUBLIC	8,1	8,1	8,8	9,2	9,2
TOTAL	7,75	8,21	8,18	8,15	7,81

Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2023

Em síntese, o relatório se propôs a demonstrar as atividades finalísticas realizadas pela Secretaria de Estado da Transparência e Controle – SETC, em cumprimento às competências legalmente atribuídas.

Aracaju/SE, 27 de julho de 2023.

SHEILA FEITOSA MACEDO
Superintendente Executiva



Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2023

1. Ciente, em 28 de julho de 2023.
2. Autorizo a remessa deste Relatório Trimestral ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, para fins de atendimento às disposições das Resoluções nº. 206/2001, atualizada pela Resolução nº 226/2004, e nº. 306/2017.

Silvana Maria Lisboa Lima
SILVANA MARIA LISBOA LIMA
Secretária de Estado